



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

FLÁVIA VARGAS AMARANTE ARANTES

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA

**A importância das teorias feministas para a autonomia das mulheres e a
garantia da agroecologia**

**RIO DE JANEIRO
2019**



FLÁVIA VARGAS AMARANTE ARANTES

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA

**A importância das teorias feministas para a autonomia das mulheres e a
garantia da agroecologia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Leile Silvia Candido Teixeira

**RIO DE JANEIRO
2019**

AGRADECIMENTOS

A trajetória de sete anos de UFRJ não foi fácil, mas foi rica em muitas histórias, duas greves, amigos, amores, ilusões, brigas, separações, sete casas, dois empregos, duas cidades e muita resistência e determinação para concluir o curso.

É necessário enfatizar que apesar da formação acadêmica ser um desafio individual a minha história não poderia ter sido escrita sem as contribuições de várias pessoas/instituições às quais agradeço enormemente. Dessas pessoas, algumas se destacam e merecem especial reconhecimento:

Minha família, formada só de mulheres peculiarmente especiais fortes e determinadas, onde eu encontro meu alicerce. Vó, minha eterna gratidão por me apoiar e me ensinar a buscar o melhor, filha da luta sempre de punhos cerrados. Mãe obrigada por todo empenho em me criar. Tive que entrar na universidade para poder te entender. Eu Te amo. Giovanna, somos mais do que um laço de sangue minha irmã, seremos amigas a vida toda.

Leile, professora por essência. Você fez toda a diferença na minha formação acadêmica me mostrando a devida importância para o tripé da formação acadêmica e o contínuo aprendizado, gratidão pela sua generosidade comigo. E que "Não existe conteúdo revolucionário sem forma revolucionária".

As minhas queridas amigas incríveis que adquiri ao longo desses anos. Mariana obrigada por me acolher na sua casa e por amar tanto o meu bichinho. Viva a Alegria! Thais minha irmã de alma, obrigada pela parceria e me apresentar o anarquismo. Porque a desigualdade social é mais violenta que qualquer forma de protesto. A Claudinha pela unidade na diversidade e grande companheira de luta feminista e profissional. A Flor de Ébano sigamos juntas na luta companheira.

Ao projeto de extensão Assentados da reforma agrária e universidade; e o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Questão Agrária e Debate (QADE) pela acolhida, amadurecimento, viagens, trabalhos, amigos e amigas. Aprendi muito com todas as pessoas que conheci neste lugar. Minha eterna gratidão.

Ao Coletivo de Mulheres da ESS-UFRJ onde me encontrei como sujeito político e desejo participar por muitos anos, porque "do céu só cai chuva, o resto é luta!"

Às lutas do movimento por assistência estudantil, e pela consolidação das bolsas, sem as quais eu e milhares de estudantes não teríamos condições de

concluir a graduação. A todos que compõem a ESS-UFRJ, sou uma pessoa melhor depois de vivenciar esse espaço.

A minha banca Andrea Morais Alves e Juliana Casemiro obrigada pelo apoio, paciência, confiança e pelas trocas que contribuíram muito para minha formação profissional e pessoal. Sigamos juntas na luta!

RESUMO

Este trabalho tem como tema a interface entre feminismo e agroecologia, e como objetivos 1. Estudar as teorias feministas; 2. Conhecer a experiência de camponesas feministas. 3. Apreender a relação entre feminismo e agroecologia para uma prática de agricultura sem divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho está pautada na responsabilização da reprodução social para as mulheres e da produção para os homens. O estudo encontrou experiências agroecológicas nas quais se destaca o protagonismo das mulheres no processo de transição do modelo produtivo industrial para o agroecológico. Foi possível verificar também a valorização das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar como horta, pomares, pequenos animais ganham destaque, pois são práticas agroecológicas. Conclui-se que com a valorização do trabalho das mulheres camponesas neste processo cria-se a possibilidade de reflexão sobre o seu lugar e papel no mundo do trabalho via as teorias da agroecologia e do feminismo.

Palavras-Chave: Feminismo. Agroecologia.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	FEMINISMO, UMA ANÁLISE INDISPENSÁVEL PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES	10
2.1	MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA: CONHECIMENTO NECESSÁRIO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA	11
2.2.	BASES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE DAS OPRESSÕES SOFRIDAS PELAS MULHERES	15
2.3.	A FAMÍLIA MONOGÂMICA E A DIVISÃO SEXISTA DO TRABALHO	18
2.4.	EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE MULHERES CAMPONESAS QUE OUSARAM SER PROTAGONISTAS DA SUA HISTÓRIA	22
3.	AGROECOLOGIA MAIS QUE UMA CIÊNCIA PARA AGRICULTURA, UMA ESCOLHA POLÍTICA	28
3.1.	A AGRICULTURA MODERNA E SEUS IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE	28
3.2	AGRICULTURA CAMPONESA, PRÁTICAS ANTIGAS PARA A SOLUÇÃO DE NOVOS PROBLEMAS	33
3.3.	AGROECOLOGIA UMA ALTERNATIVA PARA O MODELO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS	37
4.	O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA AGROECOLÓGICA, RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES ENVOLVIDAS NA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA	41
4.1.	AS MULHERES E OS ECOFEMINISMOS	41
4.2.	A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS E A ECONOMIA FEMINISTA	47
4.3.	ALGUMAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS COM RECORTE FEMINISTA NO BRASIL	51
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a interface entre feminismo e agroecologia, e como objetivos 1. Estudar as teorias feministas; 2. Conhecer a experiência de camponesas feministas. 3. Apreender a relação entre feminismo e agroecologia para uma prática de agricultura sem divisão sexual do trabalho.

Este estudo tem por objetivo apreender as transformações ocorridas nas vidas de mulheres camponesas que se envolveram com o movimento agroecológico e aproximaram-se das teorias feministas, organizando-se em grupos de mulheres nos espaços políticos do campo. A metodologia utilizada para esse estudo foi a pesquisa bibliográfica, especialmente focada nos estudos das obras de Cisne (2015) e Silliprandi (2015). Dessa forma, pretendo contribuir para uma discussão sobre as relações entre feminismo e agroecologia.

O trabalho a seguir é inspirado na minha experiência na extensão universitária, no projeto de extensão Assentados da Reforma Agrária e universidade, do laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (Qade) da escola de Serviço Social da UFRJ, do qual participo desde 2016. No (QADE), pude participar tanto de atividades de ensino como de extensão. Foi durante uma das atividades desse projeto que decidi me aprofundar no tema deste trabalho. Quando fizemos uma viagem à cidade de Franca/SP, em outubro de 2017, para participarmos de um simpósio do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA).

Na ocasião da viagem à Franca com o grupo de extensão, tive a oportunidade de participar de um minicurso sobre o protagonismo das mulheres camponesas nos movimentos sociais. Nessa ocasião, uma das lideranças do movimento da Marcha das Margaridas nos contou sobre sua experiência política pessoal e a de tantas outras mulheres que são silenciadas no campo. Este episódio certamente foi um momento chave para despertar minha vontade de escrever sobre as mulheres camponesas. Fui ao êxtase de emoção e da felicidade por estar ali ouvindo e comecei a refletir: essas mulheres são incríveis, fazem toda a diferença na luta por melhores condições de vida e, ainda assim, não são valorizadas. Por quê?

Dentre as atividades que frequentei no Qade, destaco o grupo de estudos em agroecologia, de caráter interdisciplinar, que se reúne quinzenalmente para a leitura e reflexão sobre teorias e práticas neste campo. Buscamos abordar as temáticas da disputa da terra, o modo de produção capitalista, distribuição de alimentos, uso de

agrotóxicos, campesinato, soberania alimentar, agroecologia e como todas essas temáticas incidem nas relações sociais do homem/mulher (humano genérico). Mas, nos primeiros dois anos e meio que participei do grupo, só tínhamos lido duas pesquisadoras mulheres. Isso me incomodava muito, porque há muitas produções teóricas feitas por mulheres. No nosso próprio grupo de extensão, por exemplo, as três supervisoras são doutoras com ampla produção acadêmica. Depois do meu questionamento passamos a fazer leituras de algumas autoras.

Para compreender este fenômeno da transformação do cotidiano das mulheres camponesas que se aproximaram do movimento agroecológico, meu primeiro objetivo específico foi buscar compreender o estado da arte desse campo de estudos. Para isso, realizei uma revisão de literatura a respeito dos trabalhos que fazem interseção entre feminismo e agroecologia. Não foram encontradas muitas referências de trabalhos acadêmicos que conceituam as teorias do feminismo, as opressões que incidem nas vidas das mulheres de forma geral e também, especificamente, das mulheres camponesas. A única obra que encontrei neste sentido foi “Mulheres e Agroecologia”, de Emma Siliprandi (2015).

Junto com “Feminismo e consciência de classe no Brasil”, de Mirla Cisne (2015), os dois livros compõem os pilares principais deste trabalho de conclusão de curso.

As autoras apresentam as transformações nas vidas das mulheres camponesas pelas experiências de agroecologia e de práticas feministas. Também contam suas vivências na produção de alimentos e seu engajamento político, relatando algumas experiências de mulheres camponesas que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do MPA. Mulheres que ousaram mudar sua realidade e compartilharam suas experiências de luta. As autoras mostram como essas mulheres revolucionam paradigmas de comportamento, transformando suas vidas, reivindicando igualdade entre os sexos e desconstruindo papéis sociais. Revelando o potencial da mulher enquanto sujeito condutor da sua própria história.

Neste trabalho, como não foi possível, para mim, realizar entrevistas meu acesso a essas histórias são especificamente os relatos dos livros de Siliprandi (2015) e Cisne (2015). Ambas realizam entrevistas com diversas mulheres camponesas. A primeira buscou compreender o processo de consciência de classe a partir de um grupo de mulheres envolvidas no MMC. A segunda, em busca de

compreender as transformações vividas por mulheres envolvidas no movimento Articulação Nacional Agroecológica (ANA).

Atualmente dentro dos movimentos sociais do campo, a agroecologia tem sido a base científica para uma agricultura sustentável, uma resposta ao método da agricultura moderna que vem destruindo os recursos naturais, alienando os camponeses(as) do acúmulo de conhecimento através da observação da natureza ditando como única saída para a agricultura o uso de agrotóxicos que contamina o meio ambiente. Mas o conceito de “agroecológico” vai além de uma técnica de manejo dos recursos naturais, com uma leitura complexa de múltiplas dimensões. Ele busca atender simultaneamente a critérios sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais.

A agroecologia é um movimento social, entretanto este entendimento não é hegemônico. O termo agroecologia é relativamente novo, mas expressa práticas ancestrais. No Brasil e no mundo, os primeiros encontros de agroecologia surgem em períodos muito próximos. Remetem à década de 1980. Há estudos que mostram que, muitas vezes, são as mulheres que iniciam a transição do manejo da terra para os sistemas agroflorestais. Por estarem diretamente mais envolvidas com as relações de cuidado da família e com a alimentação, as mulheres têm se mostrado as propulsoras dessa mudança.

Entretanto, em função da forma como se organizam as relações de produção e as relações familiares, é comum que os homens, quando veem que a mudança é positiva, tentam tomar o controle. Este processo invisibiliza o trabalho das mulheres, retirando protagonismo das suas ações e de suas contribuições para a construção da agroecologia. Os espaços políticos ainda são majoritariamente compostos por homens, o que dificulta o debate da divisão sexual do trabalho. Essa problemática se agrava também nos espaços de organizações e movimentos sociais voltados para o campo, geralmente submetidos a hierarquias masculinas.

Neste trabalho pretendo apresentar uma retrospectiva histórica dos fatos sociais que incidem na vida das mulheres, e que as colocam nessa posição de subalternidade em relação ao homem. As opressões sofridas por este grupo social foram conceituadas aqui com base na perspectiva teórica marxista. Esse caminho foi trilhado através da pesquisa bibliográfica e da revisão de literatura acerca da temática do feminismo, dos movimentos sociais do campo, da participação das mulheres nesses espaços políticos, e de sua relação com a agroecologia.

No primeiro capítulo discorro sobre o conceito de Feminismo, e as lutas das mulheres do campo que ousaram ser protagonistas de suas histórias. A organização dessas mulheres nos movimentos sociais, descortinando a divisão sexual do trabalho rural no Brasil.

A seguir, no segundo capítulo abordo o conceito de Agroecologia, seus princípios e estratégias para a construção de um sistema sustentável de produção agrícola. Abordo também a incompatibilidade do sistema agroindustrial para a conservação do meio ambiente e a saúde do trabalhador, do campo e da cidade.

Por fim, no terceiro capítulo analiso a construção da trajetória da agroecologia e sua relação com o processo de empoderamento¹ de algumas mulheres do movimento que fazem parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nesta etapa, apresento os relatos colocados por Cisne (2015) e Siliprandi (2015), e discorro sobre como foram essas vivências das desconstruções de divisão sexual do trabalho nas experiências agroecológicas. Como sua potencialidade política influencia as famílias camponesas para a transição do modelo de produção convencional para o agroecológico.

2. FEMINISMO, UMA ANÁLISE INDISPENSÁVEL PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES

MULHER

Mocinha – PI

*Eu inalei o gás da câmara com Olga Benário
Queimei nas chamas que queimava Joana
Fogo que queimou tantas operárias
Eu sou o choro de tantas Marias*

*Eu senti os disparos penetrados nas entranhas de Dorothy
Sou a semente do sangue derramado de Margarida
O perfume exalado de Rosa*

*Eu senti a dor que tombou Trindade
Eu me afoguei e me molhei com Maria Isabel
Eu temo pela agonia dos estupros de Bela, Marias, Fernandes... mulheres*

*Sou o silêncio de Antônia, Socorro, Teresas...
Senti a falta de proteção das mulheres oprimidas e violentadas
Eu sou a voz que não quer calar
Eu senti a força da dor da bala na face de Iones*

¹ Vocábulo criado em 1964 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, por professores vinculados a Teoria da Libertação, incluindo Paulo Freire. O empoderamento é usado no sentido transformador em uma lógica diferente daquela tradicional/liberal derivada do vocábulo inglês **empowerment**. Para o autor empoderamento adquire um significado de conscientização. O empoderamento, nesse sentido, implica conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação dependência econômica, física, etc.

Sou as marcas da violência de Maria da Penha

*Me renovo, me refaço
 Para ser voz das que se calam
 Para encorajar as sem força de lutar
 Para erguer o pulso das que estão atadas
 Me renasço e me fortaleço
 E assim seremos risos e não dor
 Amor e não opressão
 Paz sem agonia
 Força e não medo
 Não seremos mais lágrimas
 Somos rosas e não espinhos
 Somos união, força, somos luta...
 Somos mulher*

Neste capítulo apresento a pesquisa bibliográfica realizada acerca de alguns fundamentos teóricos e políticos do feminismo, no intuito de obter embasamento para a análise da formação da consciência das mulheres em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista. Destaco aqui, fundamentalmente, a crítica à teoria de gênero/patriarcado e a ideologia da natureza, bem como a compreensão da divisão sexual do trabalho e da instituição família. Assim, compreendo as relações entre sexo, raça e classe que são relações consubstanciadas, como aponta o feminismo materialista. Ainda neste capítulo, relato o processo histórico político das mulheres do campo no Brasil e sua importância para alcançar o socialismo

2.1 MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA: CONHECIMENTO NECESSÁRIO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Feminismo é uma teoria militante que demonstra a perversidade da lógica racional do patriarcado, a opressão dos homens sobre as mulheres. Busca a igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos entre os sexos e o exercício pleno da cidadania entre seus pares.

A crítica feminista então como função denunciar o patriarcado, que é a relação de opressão, dominação e exploração masculina na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres. O conceito de patriarcado nomeia a desigualdade que marca as relações sociais de sexo na sociedade. Como aponta Mirla Cisne (2014, p.79)

o patriarcado se configura como uma relação estrutural e superestrutural, ou seja, o poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive mesmo na ausência do homem, uma vez

que as mulheres, também, incorporam e o reproduzem, seja entre si ou na educação dos seus filhos e filhas. Isso não ocorre à concordância ou a convivência consciente das mulheres, mas devido ao fato de patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo.

Embora o termo feminismo não existisse antes do século XIX, as revoltas de mulheres sempre existiram como aponta Ana de Miguel (*apud* SILIPRANDI, 2015, p.9)

pode-se afirmar que o feminismo existiu sempre, em diferentes sentidos. No sentido mais amplo do termo, sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram do seu injusto e amargo destino sob o patriarcado, e reivindicaram uma situação diferente, uma vida melhor.

A autora explica que houve alguns momentos históricos em que as mulheres articularam a teoria com a prática em um nível elevado de organização e reconhecimento como movimento social e sujeitos políticos possuidores de direitos.

Porém, nessa sociedade burguesa, os valores liberais da igualdade, liberdade e fraternidade se tornaram aplicáveis unicamente aos homens, excluindo as mulheres (Siliprandi, 2015). Ao longo da história pode-se reconhecer alguns marcos da luta das mulheres quando a articulação alcançou maior visibilidade, como por exemplo o movimento das sufragistas².

É relevante apontar que a história das mulheres não está separada da história do desenvolvimento do sistema capitalista, com base na exploração das mulheres, como aponta a Silvia Federici em seu livro “Calibã e a bruxa”, traduzido para o português em 2017, no qual ela descreve em uma análise histórica, que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é legado de um mundo pré-moderno, e sim uma formação do capitalismo construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais.

Revisitando a história esquecida das mulheres, Federici (2017) aponta os dois séculos de perseguição e execução das mulheres acusadas de bruxaria, a ascensão da família nuclear e a apropriação da capacidade reprodutiva das mulheres pelos homens na transição do feudalismo para a idade moderna. A exploração da força de trabalho das mulheres pelos homens, dentro do núcleo familiar, possibilitou a acumulação capitalista na medida em que as mulheres foram produtoras-cuidadoras

² O Movimento Sufragista foi um movimento feminista inglês que começou no final do século XIX, entretanto não foi o único a pautar o voto para as mulheres. O movimento organizado de mulheres que lutavam por participação em espaços políticos, especialmente pelo direito de votar e serem votadas era internacional e as mulheres da Nova Zelândia foram as primeiras a irem às urnas durante as eleições nacionais em 1893.

e reprodutoras da mercadoria mais essencial: a força de trabalho. Assim, o trabalho doméstico não é reconhecido como fonte de acumulação do capital e mistificado como um recurso natural, demarcando as responsabilidades entre homens e mulheres naturalizando a divisão sexual do trabalho, tirando proveito de um trabalho não remunerado.

Ela também aponta a origem do sexismo promovido pela Igreja Católica na caça às bruxas, em uma perseguição às mulheres que dominavam o conhecimento de botânica, exerciam sua sexualidade e o controle sobre sua função reprodutiva, conhecimentos que eram transmitidos de geração em geração, preparando o terreno para um regime patriarcal forte e opressor disseminando o ódio contra as mulheres, confinando-as ao trabalho reprodutivo e doméstico.

Descreveremos mais adiante neste capítulo como nos dias atuais essas opressões estão consolidadas nas relações de produção e reprodução da vida.

Ana de Miguel (2002) divide cronologicamente a história do movimento feminista em três grandes períodos: o feminismo pré-moderno, o feminismo moderno e o feminismo contemporâneo.

O movimento feminista possui uma diversidade de perspectivas, tanto na dimensão teórica como na política. Apresento aqui o feminismo materialista, que tem base marxista e faz uma análise de consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe. Essa concepção permite uma visão multidimensional e histórica do objeto a ser estudado a opressão do homem sobre a mulher, sem deixar de lado as categorias “raça” e classe. Esta análise vem do feminismo francófono desde os anos de 1970, como aponta Waters (1979, p.124-125), a partir do entendimento das raízes econômicas da opressão das mulheres ao longo de toda história da sociedade de classes.

O que marca a proposta teórica desse grupo é, sobretudo, seu antinaturalismo e o conceito de *repport* que, traduzido para o português, seria uma tensão de relações estruturais onde os sujeitos estão submissos simultaneamente a várias dessas relações de força que ocorrem em diferentes planos. Contudo gostaria de deixar salientado que o racismo e o machismo foram incorporados pelo sistema capitalista, mas essas opressões extrapolam o sistema em que vivemos e sabemos que tais relações não surgiram nesse sistema e nem serão, necessariamente, superados no fim do mesmo (Cisne, 2015).

Antes de entrarmos na discussão das formas de opressão das mulheres quero sinalizar que utilizarei a categoria *relações sociais de sexo* e não o conceito de *gênero*, pois o conceito de relações sociais de sexo corresponde diretamente a perspectiva teórico-política que buscamos empreender neste trabalho: a marxista.

Explicitando a escolha teórica deste escrito, Cisne e Siliprandi, baseadas nas autoras francesas, usam o termo *repportsociaux de sexo* que é diretamente fundamentado na relação social de classes, e por tal motivo compartilho dos pressupostos teóricos, destacando que essas relações estão pautadas na esfera macroestrutural.

Com base no pensamento de Goldelier (1982) explica Mirla Cisne: um *repport social* é uma relação antagônica entre dois grupos sociais constituídos em torno de uma problemática. Ou seja, afirma as distintas relações sociais entre homens e mulheres.

Já o conceito de *gênero* é a construção social do masculino e do feminino, contribuindo para o essencialismo biológico do sexo, determinados comportamentos sociais a partir dos órgãos genitais, como se a anatomia do corpo fosse um destino. Diferente do que se pensa, o conceito de gênero foi formulado por um homem, Robert Stoller, em 1968.

Sendo assim, o conceito gênero não explica a hierarquia dos homens sobre as mulheres, não deixando explícitas as problemáticas que envolvem as relações sociais de sexo. Por muitas vezes tal conceito oculta o sujeito político mulher, já que ele é amplamente utilizado para definir a sexualidade, especialmente de grupos *gay* e *queer*³. Sem o sujeito mulher o movimento feminista perde o seu sentido e dilui o seu propósito. O termo gênero oculta a dimensão crítica da divisão sexual na sociedade. Seu caráter polido é mais aceitável nas instituições que buscam manter uma pretensa neutralidade. Essa é uma polêmica teórica entre as feministas. Há autoras que preferem usar o termo *patriarcado*, como Safioti (2005; 1997), que explica que este termo define claramente a opressão masculina sobre as mulheres.

³ A teoria queer começou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 80 por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, especialmente nos Estados Unidos. Judith Butler, apontada como uma das precursoras da teoria ressignifica o termo que antes era pejorativo de insultos aos homossexuais atualmente é usado para designar aqueles que não seguem as normas cisheterossexuais de comportamento nem de sexualidade. Fonte.

2.2. BASES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE DAS OPRESSÕES SOFRIDAS PELAS MULHERES

Como já apontado na definição de consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente no que (FALQUET, *apud* CISNE, 2015) denomina de trabalho desvalorizado e de trabalho considerado “feminino”. Ela explica: as mulheres executam trabalhos em condições de informalidade, precarização, abusos de todos os tipos, incluindo o assédio sexual e são entendidos muitas vezes por trabalhos gratuitos. Assim o capitalismo amplia o contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, sua capacidade de exploração do trabalho (CISNE, 2014).

Essa exploração não está somente ligada ao trabalho feminino mais também ao trabalho da população negra, que historicamente ocupa as vagas mais precárias. Dados do Estudo Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça (Ipea, 2011) mostram que no ano de 2009 entre as mulheres brancas, o desemprego é de 9,2% enquanto entre as mulheres negras, ultrapassa os 12%. A renda *per capita* da mulher branca é de novecentos e cinquenta e sete reais e a da mulher negra é de quinhentos e quarenta e quatro reais. As mulheres negras permanecem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos recebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30% em 2009, segundo a pesquisa supracitada).

Entretanto, a participação das mulheres na renda familiar tem aumentado gradativamente e passa a praticamente representar, na média, metade da renda familiar. Isto se deve tanto ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho como à mudança no perfil dos arranjos familiares. A taxa de participação feminina cresceu 10% no período de 1995 e 2009. Além disso, em 2009 35% das famílias eram chefiadas por mulheres, arranjo que se ampliou para 54%, desde 1995. Esta configuração está diretamente ligada à condição estrutural do sistema patriarcado e a dominação social da subordinação das mulheres, ressaltando que esse sistema possui uma base econômica que consiste no modo de produção doméstico (DELPHY 2009; *apud* CISNE 2014, p. 79), isso será melhor explicitado no item (1.2).

Segundo Delphy, citada por Cisne (2014), “patriarcado” vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke*(origem e comando). Portanto o patriarcado é literalmente a autoridade do pai. Para as feministas, é sinônimo de “dominação masculina” ou “opressão das mulheres”.

Mirla Cisne (2014) pontua que segundo a tradição marxista, com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante. Ainda segundo essa tradição, a propriedade privada é o marco inicial da luta de classes.

Saffioti (2004) aponta os fatos históricos que marcaram as bases da construção do patriarcado: 1. A produção do excedente econômico como núcleo do desenvolvimento da propriedade privada e, portanto, do domínio da exploração do homem sobre a mulher; 2. A descoberta da participação dos homens na procriação dos filhos(as), pois antes isso era entendido como um poder divino das mulheres. Mirla Cisne (2014, p. 74) aprofunda a explicação

o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, a dominação, a apropriação, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu sobre a mulher veio a atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre a prole, o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, e em decorrência do primeiro, garantir que os filhos seriam seus assegurava aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação desta por meio da herança.

A origem do patriarcado está radicalmente ligada à apropriação masculina sobre o corpo da mulher, ou seja, ele veio legitimar a possibilidade do homem poder *“impor à mulher muitas gravidezes a fim de gerar mão de obra abundante em seu próprio benefício”* (PRADO, 1985, *apud* CISNE 2014, p. 55). Nas análises de Saffioti (2004, p.58). A monogamia feminina vem coroar esse modelo de família baseado no patriarcado. Destacamos a monogamia como feminina porque, historicamente a monogamia só foi exigida a mulheres. O adultério praticado pelas mulheres passa por forte julgamento moral. Por exemplo, em alguns países como Paquistão, Afeganistão, Sudão, Iêmen, Emirados Árabes, Indonésia, Nigéria, Somália e Irã a mulher que pratica adultério é apedrejada em praça pública e sentenciada à morte, enquanto tal prática é culturalmente aceita se praticada por homens. (CISNE 2014).

Mirla Cisne (2014) destaca que a prostituição surgiu em decorrência da monogamia, como face de uma mesma moeda, no processo de consolidação do patriarcado. Imbuída da leitura de Engels, Cisne (2014) afirma que a monogamia

controla a sexualidade das mulheres casadas, enquanto aos maridos é permitida a prática de relações extraconjugais. Ela ainda acrescenta (p.75)

claro que, na atualidade, essa análise merece um maior aprofundamento e novas mediações. Por um lado, ela permanece atual no sentido de que se vivêssemos relações livres, a prostituição perderia seu fundamento central. Por outro lado, a precarização das condições de vida, que afeta a sobrevivência de muitas mulheres, associada ao crescente “mercado do sexo”, também se constitui em uma forte determinação para a prostituição, ainda que não se esgotem a compreensão desse fenômeno. Até porque, contraditoriamente, se a prostituição legitima o patriarcado, em alguma medida as prostitutas também o subvertem, ao não corresponderem ao moralismo do controle sobre sua sexualidade.(CISNE, 2014, P.75)

A obrigação sexual, que muitas vezes é chamada de obrigação conjugal, faz com que o corpo da mulher seja uma propriedade do homem, podendo ele usufruir quando bem entender mesmo que a mulher não o deseje. Este “contrato sexual” sujeita às mulheres. Carole Pateman (1993, p.16 e 17) nos explica

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um tributo masculino e depende do direito patriarcal.

Assim, Falquet (2008, p.132 *apud* CISNE, 2014) aponta que a heterossexualidade possibilita estabelecer o sistema de filiação legítimo e o recebimento ou transmissão de herança, o que garante o acesso mais rápido aos recursos, condição que, por sua vez, é “*o ponto de partida e de chegada das relações sociais de poder*”. Complementando a análise, Cisne (2014, p.80) finaliza

essas relações racistas-patriarcais encontram sua base de sustentação, fundamentalmente, por meio da família ancorada na divisão sexual do trabalho, que conforma, por sua vez, as bases para a garantia da reprodução social das forças do trabalho e da exploração do “trabalho desvalorizado” das mulheres, indispensáveis à lógica de acumulação capitalista. Passemos, pois, a discutir essas categorias desveladoras do sistema de apropriação e de exploração das mulheres.

2.3. A FAMÍLIA MONOGÂMICA E A DIVISÃO SEXISTA DO TRABALHO

A partir desse cenário, a consolidação da família monogâmica proporcionou uma divisão entre o trabalho dos homens, tido como produtivo e para o espaço público, e o trabalho das mulheres, na reprodução social da família e no espaço privado. A acumulação primitiva, que tem origem na fixação de homens e mulheres em um determinado território através da agricultura e da pecuária, está relacionada diretamente a família monogâmica e a substituição das tradições igualitárias das estruturas pré-classistas pela propriedade privada. Segundo Waters (1979, p.84-85; *apud* CISNE 2014, p.82)

os indivíduos começaram a se apropriar do excedente criado pelo trabalho coletivo das comunidades, conservando-o como propriedade pessoal ou privada. Conforme começou o desenvolvimento da propriedade privada, teria que criar um mecanismo ou instituição que regularia e manteria a distribuição desigual e as necessidades de vida.

A constituição da instituição familiar é uma chave para entender o processo histórico de opressão sobre as mulheres. Começamos pelo entendimento do significado etimológico da palavra família. Sua origem vem do latim *famulus*, que significa conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Nessa mesma perspectiva, complementa Delphy (2009, p. 39; *apud* CISNE 2014)

a família é uma unidade de produção. Família em latim designa um conjunto de terras, escravos, de mulheres e crianças submissos ao poder então sinônimo de propriedade do pai de família. Nessa unidade o pai de família é dominante: o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence ou em outros termos a família é um conjunto de indivíduos que devem seu trabalho a um chefe.

A família tem outras funções além de perpetuar a transmissão de herança entre gerações, o trabalho não remunerado que a mulher exerce dentro da família, na manutenção da reprodução da vida, serve perfeitamente ao sistema para a acumulação privada de riqueza social. A normatização da heterossexualidade complementa o pacote de funções sociais na transferência de bens familiares.

Mészáros (2002, p.278) explicita que a família permanece ocupando uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital, afinal, justifica o autor, “ela é seu microcosmo insubstituível de reprodução e consumo” além de garantir a perpetuação da propriedade privada.

Por meio da família que se estrutura, Delphy (2009, p.35) chama de “*modo de produção doméstico*”, que incorpora e reproduz um modo de circulação e de

consumação de bens e serviços baseados na exploração das mulheres. Nas palavras de Delphy(2009, p.35-36 *apud* CISNE, 2015, p.84)

a família é o lugar de uma exploração econômica das mulheres. Essa exploração é realizada, fundamentalmente pelo trabalho doméstico não remunerado e pela responsabilidade com o cuidado das crianças, inválidos(as) e velhos(as).

A autora defende que existem dois modos de produção na nossa sociedade

constatamos a existência de dois modos de produção na nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida pelo modo industrial, os serviços domésticos, a criação das crianças e um certo número de mercadorias são produzidos pelo modo familiar. O primeiro modo de produção dá lugar a exploração capitalista. O segundo dá lugar a exploração familiar, ou mais exatamente patriarcal. (DELPHY, 2009, p.38 *apud* CISNE, 2015, p.85)

Entretanto a família não é o único espaço de exploração do trabalho das mulheres, que vai do trabalho não remunerado ao assalariado precarizado. Este trabalho não está descolado do mundo do trabalho da economia capitalista, ele está contabilizado nos cálculos do lucro.

A divisão sexual do trabalho expressa as relações de classe entre os dois sexos, dito o que é trabalho masculino e sua valorização e o que é trabalho feminino e sua desvalorização. Devemos ressaltar que a apropriação e o controle dos meios de produção por parte dos homens, excluem as mulheres de determinados postos de trabalho. Paola Tabet (2005, p.63) nos alerta

a presença de instrumentos sempre mais complexos abre a possibilidade de uma produtividade de trabalho mais constante e bem mais elevada. Está em jogo um poder sobre a matéria e uma apropriação da natureza muito mais além dos limites do corpo humano. O controle da produção e da sociedade exige um controle direto também sobre os instrumentos de produção.

Essa divisão do trabalho está pautada na responsabilização da reprodução para as mulheres e da produção para os homens. Assim nos explicita Cisne (2014)

a divisão entre a esfera produtiva e a reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da *produção* da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da *reprodução social* - aqui entendida como as atividades necessárias para garantia da manutenção e da reprodução da força de trabalho – é considerada um espaço feminino.

As habilidades ditas como femininas são apropriadas pelo capital para a exploração da força de trabalho da mulher, pois as atividades desenvolvidas por mulheres, ao serem vistas como atributos “naturais”, como sendo extensões do sexo feminino, são consideradas como “dons” e não trabalho. Nesse sentido afirma Lobo (1991, p.150), *“uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como menos complexa”*. Esse “menos complexa” vem a ser a justificação de desprestígio e desvalorização do trabalho feminino.

Essa desvalorização tem sérios impactos na vida das mulheres, pois elas não se reconhecem como trabalhadoras e conseqüentemente não se organizam enquanto classe, impossibilitando a mudança dessa realidade. Esse comportamento acomodado e alienado de algumas mulheres contribui para reafirmar que os espaços públicos pertencem aos homens, alimentando diretamente o sistema capitalista, pois significa menos pessoas disputando espaços de poder. Cisne (2015, p.123) destaca

eEssa análise é fundamental[mente] de cunho quantitativo, em comparação com os homens. É importante ressaltar que, mesmo diante de todos esses aspectos históricos, sempre existiram muitas mulheres que se rebelaram contra essa “ordem” ao longo da história. Basta lembrar, por exemplo, das mulheres que foram perseguidas e tidas como bruxas, sendo queimadas vivas por lutarem por seus direitos. Muitas conquistas (não apenas de cunho feminista) foram alcançadas devido à luta das mulheres, que participaram, inclusive, de forma determinante em momentos revolucionários como a Comuna de Paris e a Revolução Russa.

A aceitação dos papéis sociais regidos pelo sexo atende diretamente aos interesses do capital, ampliando seus lucros, pois reduz significativamente seus custos sobre a reprodução da força de trabalho. Como destaca Cisne (2015, p. 124):

semo trabalho doméstico não remunerado o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa de classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital.

O capitalismo, além de produzir desigualdade, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como o patriarcado e o racismo. A desvalorização destes grupos sociais garante a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente

precarizadas e mal remuneradas. Nesse sentido as ideologias sexista e racista estão ligadas aos interesses de lucro do capital.

A ideologia naturalista legitima a apropriação das mulheres em um processo de coisificação e naturalização irracional do ser feminino. Reafirma um destino biológico a cumprir nos papéis sociais da divisão sexual do trabalho. A autora Guillaumin (1992) inaugura o termo “sexagem” que, em suas palavras, vai resumir a mulher ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito a sua força de trabalho, mas também ao seu corpo e sua vida. Em outras palavras, a sexagem denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as retira da condição de sujeito e as tornam “coisas” (GUILLAUMIN, 2005).

Desta forma entende-se que a subordinação das mulheres no mundo do trabalho está vinculada à naturalização de papéis. Nesse sentido afirma Kergoat (2014*apud* CISNE, 2015, p.126)

a problemática da divisão sexual do trabalho se inscreve na grande tradição da sociologia que é precisamente de ir além das aparências, além do senso comum, para mostrar que o que é percebido como “natural” por uma sociedade, o é unicamente porque a condição social é tão forte, tão interiorizada pelos atores, que ela se torna invisível: o cultural torna-se evidencia, o cultural se transmuta em natural.

Lutar contra a naturalização dos papéis sociais impostos pela determinação do sexo na sociedade é uma bandeira chave do movimento feminista para a superação dessa ordem vigente. É importante estabelecer certo distanciamento analítico para garantir o caráter científico de uma abordagem acadêmica, como esta que estamos desenvolvendo aqui. Mas de forma alguma isso deve imprimir uma ilusão de neutralidade ou desprestigiar outras produções para além da academia, já que a luta política atravessa diversas esferas da produção de saberes e poderes na sociedade.

Para nós, essa oposição ao naturalismo deve estar direcionada para a construção de um processo de formação de uma consciência militante afinada com o feminismo e a revolução socialista. Condição indispensável para a emancipação das mulheres e dos homens. Concomitantemente à luta contra a ideologia naturalista patriarcal, devemos empreender todos os esforços contra o nosso inimigo o sistema patriarcado. (CISNE. 2015, p.109).

Como podemos verificar, faz-se necessária a análise das categorias de opressão às mulheres e seus desdobramentos na esfera privada e pública, como

também na produção e reprodução da força de trabalho através das bases que sustentam sua exploração. Para um olhar mais profundo sobre as relações entre feminismo e agroecologia no contexto ao qual este trabalho se dedica, o próximo capítulo faz uma transição dessa discussão geral para uma abordagem mais específica sobre a realidade das mulheres camponesas no Brasil.

2.4. EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE MULHERES CAMPONESAS QUE OUSARAM SER PROTAGONISTAS DA SUA HISTÓRIA

Abordar a história das mulheres camponesas no Brasil não é uma tarefa simples. Conforme anunciado na introdução, para apreender esse objeto de estudo esta monografia se baseia fundamentalmente em fontes secundárias. Neste capítulo, utilizo as entrevistas que Mirla Cisne fez em seu livro “Feminismo e Consciência de Classe no Brasil”, de 2014, onde ela entrevista algumas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O fio condutor é a apresentação da construção da consciência militante feminista. O que considero um indicador da relação entre o feminismo e a luta de classes.

Esta consciência feminista se concretiza na formação das organizações de mulheres, para Cisne (2014, p.152)

quando falamos(...), em consciência militante feminista, referimo-nos, primeiramente, a percepção da mulher como sujeito de direitos, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrentes, especialmente a ruptura com a naturalização da subserviência que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim podemos chegar a dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é possibilitada pelos movimentos de mulheres.

Para compreender o alcance dos movimentos sociais femininos em questão na vida dessas mulheres é necessário olhar para além do imediato, das reivindicações de um movimento, e observar as mudanças nas vidas delas,

a capacidade de ocupação do espaço público-político que o Movimento possibilita às mulheres, além, é claro, das transformações que provoca na sua vida privada, até porque público e privado não são esferas dissociadas. Esse processo de quebra de fronteiras e conquistas de espaços obviamente não ocorreu nem ocorre sem resistência. (CISNE, 2014. p.153).

Construir o feminismo como sujeito político das mulheres é sair do lugar de reivindicações isoladas para uma força coletiva em busca do mesmo objetivo. Passa pela construção da noção de ser portadora de direitos e de lutar para conquistar a

mudança radical das relações sociais desiguais. Em outras palavras, com a formação da consciência militante feminista, as mulheres percebem que a sua autonomia e liberdade demandam a luta contra a estrutura de relações sociais de apropriação e exploração (CINSE, 2014).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) surge nos anos 1980 sendo oposição sindical rural a uma chapa formada exclusivamente por homens (CISNE, 2014, p.171). No referido momento muitas mulheres se descobriram sujeitos políticos com singularidades na luta. Além de lutarem por melhores condições de vida, como por exemplo, os direitos previdenciários, tinham que lutar contra uma chapa sindical que não considerava suas necessidades femininas, o que deu a elas ferramentas para deslumbrarem a opressão dos homens nos espaços políticos. Segundo Maria⁴ (*apud* CISNE, 2014, p.172)

Em torno dessas necessidades há sentidos, há significados de luta. Então as mulheres se reúnem e começam a discutir essa realidade. Daí a importância do trabalho de base e também a concepção de trabalho de base para além de apenas reunir um grupo a partir das necessidades, mas ele está profundamente interligado com o processo da formação da consciência nos seus diferentes níveis, a partir dessa realidade, as mulheres nesse caldo formativo, de luta, de trabalho de base, de encontros, de movimento, as mulheres começam a entender melhor como se organiza a sociedade.

O MMC vem mostrando bastante resistência e autonomia apesar de ser um movimento novo que se tornou nacional em 2004. Seu enfrentamento à questão social está elencado nos seus princípios⁵

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutemos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza. O Movimento de Mulheres Camponesas se caracteriza por ser:

- Autônomo: quem decide os rumos são as próprias mulheres;
- Democrático e popular: as mulheres têm voz e voto e buscam organizar todas as trabalhadoras do campo;
- Classista: pertence às classes trabalhadoras do campo, que compõem a classe trabalhadora;
- Novas relações de igualdade: entre as pessoas, com a natureza e a vida como um todo;

⁴ Cisne entrevistou mulheres do MMC e para preservar suas identidades atribuiu a elas as siglas MMC1, MMC2 e MMC3. Para facilitar a leitura desse texto, que cita algumas dessas entrevistas, atribuí nomes fictícios as entrevistadas, são eles, respectivamente, Lúcia, Maria e Joana.

⁵ (MMC, disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/missao_por.html>. acessado em 23 de novembro de 2008, *apud* Cisne, 2014, p. 172-173).

- De luta: para transformar a sociedade e as relações;
- Socialista: onde todos tenham direito de viver com dignidade e igualdade.

Em um dos seus objetivos o MMC também explicita seu compromisso político e enfrentamento ao capital, conforme descreve Cisne (2014, p. 173)

O MMC⁶ tem como objetivo central lutar pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação das biodiversidades (lutar contra a venda de terra e água), recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia das mulheres e do povo brasileiro. Por isso lutamos:

- Contra as políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);
- Pelo não pagamento da dívida externa;
- Contra os transgênicos;
- Contra todo o tipo de discriminação e racismo.

Reafirmando os compromissos do movimento a Lúcia nos conta

A libertação das mulheres de todo o tipo de opressão e exploração, entendendo opressão patriarcal, machista e exploração do capital. Enquanto missão [...] *o movimento se assume enquanto um movimento socialista*. E, também, o projeto de agricultura camponesa agroecológica. [...] a nossa missão ela se encontra nesses três principais eixos: a libertação da mulher, a transformação da sociedade e a construção do projeto de agricultura camponesa [...] um dos principais objetivos é organizar as mulheres [...] nessa ou nossa? organização também tem como objetivo a questão dos estudos, da capacitação, tanto política como técnica [...] faz parte da luta essa questão do enfrentamento ao capital. (CISNE, 2014, p. 173-174)

Maria complementa

Para nós é inconcebível um feminismo que só ajeta a própria vida ou modela um pouco o jeito de ser mulher, atribuindo alguns direitos...não...pra nós, é uma luta que se dá na perspectiva de gênero, de classe, é algo que está imbricado nas diversas relações e a medida em que a mulher vai se libertando, ela também vai construindo outras relações com o meio, seja na família ou onde ela está e também numa perspectiva de luta na sociedade, da luta de classe, porque nós trabalhamos com mulheres trabalhadoras camponesas. Nós compreendemos o feminismo num sentido em que a mulher está inserida num contexto social. Feminismo para nós diz luta de gênero e de classe, não dá para separar. A mulher sozinha, ela nunca vai libertar só ajetando sua vida. Ela está inserida nas relações e as relações são sociais. A luta feminista tem que assumir posição concreta contra o capital. (CISNE, 2014, p. 174)

Podemos dizer que o MMC conseguiu construir uma consciência da relação indissociável entre patriarcado e capitalismo e de seu enfrentamento como unidade

⁶ (MMC, disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/missao_por.html>.acessado em 23 de novembro de 2008, apud Cisne, 2014, p. 173)

na luta. A militância no feminismo desenvolve uma transformação pessoal, desta forma, as transformações estruturais influenciam todo o modelo de vida como nos explica Rose⁷

Eu mudei também por conta da militância. O desafio de me transformar, de viver com coerência interna, foi dado a partir daí. O feminismo transformou minha vida. O feminismo me transformou e me transforma todos os dias. É a militância que dá forças. Nesse processo, no qual o pessoal torna-se político, a consciência militante feminista vai sendo forjada. (CISNE, 2014, p. 180)

As mulheres entrevistadas do MMC destacam que, antes mesmo de enfrentar o agronegócio, elas desejam se libertar e libertar as mulheres da opressão das tarefas do lar. É o que relata Joana

Eu fazia umas manobras para ajeitar em casa. Se eu tivesse uma semana de curso quando eu voltava, a pia estava cheia. Eu limpava, não ficava brava porque era o começo, né? E fazia comida antes de ir. De repente comecei a deixar menos coisas prontas e fui indo...Comecei a mudar, comecei a sentir uma força tão grande dentro de mim que ninguém consegue me barrar deste trabalho. Aí comecei a ir mais longe. Já não enxergava diante do meu umbigo, comecei a perceber as pessoas, comecei a perceber a natureza, também comecei a questionar coisas dentro da igreja. Eu larguei a teologia de leigos e peguei a agroecologia, peguei a libertação naquele momento porque na teologia dos leigos eu ia continuar dizendo amém para o que os padres queriam e na agroecologia eu sou dona do que eu faço e do que eu cuido. (CISNE, 2014, p. 182)

Vejam que o enfrentamento de Joana com as instituições *Família e Igreja*, que têm a ideologia de que a mulher deve estar necessariamente voltada para servir entra em choque com os interesses de libertação que ela desejava para sua vida. O feminismo possibilita essa desconstrução e as mulheres vão ganhando autonomia, o que é iniciado por pequenas mudanças de hábitos dentro de casa e nas relações com outras instituições como a igreja, dando possibilidades para a construção de um projeto para si e ao mesmo tempo para as outras mulheres, como nos relata Rose:

Você ter um projeto para sua vida que é radicalmente autônomo, que não é o outro que determina, que não vem de fora, mas vem de você. O feminismo me ajudou muito a construir isso, a assumir radicalmente a minha existência como projeto próprio, construídas com outras porque no momento que você define que construir um outro mundo é um projeto para a sua vida, isso não pode ser um projeto individual. (CISNE, 2014, p. 183)

⁷ Cisne entrevistou mulheres da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e para preservar suas identidades atribuiu a elas as siglas AMB4 e AMB5. Para facilitar a leitura desse texto, que cita algumas dessas entrevistas, atribui nomes fictícios as entrevistadas, são eles, respectivamente, Rose e Luana.

Romper com o confinamento doméstico é mais difícil para as mulheres camponesas porque suas vidas estão restritas a manutenção da casa, aos cuidados com os filhos, horta e animais, tudo dentro do território da propriedade da família, o que torna o rompimento desses paradigmas do confinamento doméstico ainda mais difícil. É o que destaca Maria

Sair de casa é um dos primeiros sinais de ruptura de uma proposta feminista. Porque a casa ela compreende o espaço do patriarcado. A casa é o aprisionamento das possibilidades da mulher. Então, tudo gira em torno do aprisionamento das mulheres, são os filhos, o trabalho doméstico e no caso do campo, toda a questão da roça, do trabalho da lavoura, do plantio, da colheita que normalmente as mulheres fazem tudo, além de ter a casa. O sair de casa no movimento de mulheres camponesas é um dos primeiros sinais da luta feminista que as mulheres vão dando passos na sua possibilidade de libertação. (CISNE, 2014. p 181)

Novas formas de se relacionarem com a família e com a casa vão sendo construídas no cotidiano dessas mulheres, a partir do momento que elas questionam o modelo estruturante da sociedade, o patriarcado. É relevante destacar que o movimento de sair de casa não é meramente uma dimensão física, de um simples deslocamento da esfera privada para a esfera pública. Destaca Cisne (2014)

os movimentos por si só, não garantem alterações estruturais na dinâmica da divisão social do trabalho, ainda que possam denunciar contradições dessa dinâmica e possibilitar, em alguma medida, a relação da mulher com a vivência público/político. Todavia, como a história nos mostra, desde a Revolução Industrial, milhares de trabalhadoras passaram a se inserir no mundo produtivo, nem por isso, deixaram de ser responsabilizadas pela reprodução social antropológica. Tão pouco passaram a ser vistas como sujeitos políticos. (CISNE 2014, p.191)

No depoimento da Rose é possível perceber que a identificação na outra pela sua condição de mulher tem uma função substancial para a formação da consciência, contribuindo diretamente para desnaturalizar a opressão feminina, fortalecendo individualmente e coletivamente as mulheres. O depoimento da Luana reforça essa análise

os espaços coletivos dentro do feminismo que me possibilitou perceber a minha opressão de mulher porque foi nos momentos de formação de oficina, quando eu percebi que todas aquelas mulheres que estavam lá tinham vivenciado o mesmo tipo de opressão que eu, tinha muitas marcas e muitas dificuldades. Aí a gente percebe que não é uma opressão só e nem natural. O espaço do feminismo me possibilitou perceber isso e ficar cada vez mais indignada frente a essa situação. Individualmente eu acho que não teria chegado a essa consciência. (CISNE,2014 p.184)

As mudanças radicais nas relações sociais de sexo nos exigem, como estratégia de luta, a teoria e a militância feminista. Logo essa teoria, em sua radicalidade, necessita da superação do sistema patriarcal-racista-capitalista. No capítulo três continuaremos a analisar as experiências de mulheres que lutam para serem protagonistas de suas histórias e transformam a si mesmas e a sociedade que as cercam, buscando dar visibilidade ao trabalho das mulheres na implantação dos sistemas agroecológicos, seja nos espaços privados ou públicos, referenciadas por uma perspectiva emancipatória para as mulheres.

3. AGROECOLOGIA MAIS QUE UMA CIÊNCIA PARA AGRICULTURA, UMA ESCOLHA POLÍTICA

Neste capítulo vamos discorrer sobre a temática do modo de produção capitalista e seus impactos na natureza e para a vida humana. A agroecologia tem sido uma alternativa à agricultura industrial como uma teoria crítica ao modo de produção de monoculturas, fornecendo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis, mobilizando atores sociais para a promoção de práticas em defesa da justiça social, equidade entre os sexos, saúde ambiental e soberania alimentar para os povos e o fortalecimento para o plano camponês.

3.1. A AGRICULTURA MODERNA E SEUS IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE

A agricultura é uma atividade humana do manejo dos recursos naturais para a produção de alimentos. Na agricultura moderna, grandes mudanças ocorreram no cultivo de culturas voltadas para a alimentação humana. Dentre as sete mil espécies cultivadas, apenas 120 são para fins da alimentação humana, e destas poucas são de fato consumidas, como nos aponta Altieri em seus estudos de 2012,

no mundo apenas 12 espécies de grãos, 23 de hortaliças, 35 de frutas e nozes são consumidas pela humanidade. (...)Estima-se que 90% da ingestão de calorias mundial venha apenas de 30 culturas uma grande perda da diversidade de alimentos disponíveis no planeta. (ALTIERI, 2012, p 24).

Este processo de simplificação dos ambientes naturais promovidos pela agricultura industrial pode afetar a biodiversidade de diversas formas, com a expansão de grandes extensões agrícolas diminui o habitat natural e a perda de espécies silvestres, que também são influenciadas pelo uso de agrotóxicos. Em Bangladesh, por exemplo, a passagem do modelo de produção tradicional para o industrial provocou a perda de sete mil variedades de arroz e muitas espécies de peixes (ALTIERI,2012).

A Revolução Verde, como é conhecida a fase de modernização da agricultura teve início na década de 1970, parte de uma política agrícola pensada por agências internacionais sob o comando dos Estados Unidos para ser aplicada aos países

subdesenvolvidos. Em poucos anos essa política viria a se espalhar por diversos países do mundo. Com o uso de novas tecnologias no processo de monoculturas com máquinas, insumos, defensivos, fertilizantes, fungicidas e o implemento de plantas geneticamente modificadas conhecidas como transgênicas. Essas mudanças pareciam trazer a solução do problema da fome. Entretanto, não foi o que aconteceu. O nome “Revolução Verde” também é fruto do contexto de Guerra Fria, no qual fazia um contraponto às “revoluções vermelhas”, como eram referidos os avanços do comunismo contra o capitalismo.

A indústria química ganhou impulso depois do fim da Segunda Guerra Mundial. As empresas dos países que venceram o conflito resolveram investir nela para expandir os seus negócios. É importante ressaltar que a criação dessas novas formas de manejo na produção de alimentos foi uma necessidade criada pelo sistema capitalista para escoar as sobras da indústria química desenvolvida para segunda guerra mundial. Assim foram criados os agrotóxicos, produtos químicos sintéticos usados para matar insetos, pragas ou plantas no ambiente rural e urbano. As plantas absorvem essas substâncias e esse veneno acaba se espalhado no ar, na água, no solo e nas nossas refeições. De forma geral, podemos dizer que todo esse processo consolida um complexo sistema agroindustrial, em oposição à agroecologia tradicional.

Conforme esse sistema de produção foi sendo introduzido no campo, com o discurso de modernizar a agricultura para aumentar a produção de alimentos, começaram a aparecer as incompatibilidades dessa forma de produzir, com as mudanças dramáticas no meio ambiente, como a perda da vida silvestre entorno das monoculturas, empobrecimento do solo, contaminação das águas, terras e ar devido aos agrotóxicos que são utilizados em grande quantidade no cultivo de grãos, que estão condicionados geneticamente ao uso dessas substâncias tóxicas.

É importante ressaltar os impactos negativos destacados por (TRIPP, 1996; Lappe et al, 1998; *apud* ALTIERI, 2012, p.30)

- A Revolução Verde promoveu um pacote que incluía variedades melhoradas, fertilizantes e irrigação, marginalizando um grande número de agricultores que não podiam arcar com os custos da aquisição de tecnologia.
- Nas áreas em que os agricultores adotaram o pacote, estimulados pelos programas governamentais de extensão e crédito rural, a disseminação de híbridos e variedades melhoradas fez aumentar muito o uso de agrotóxicos, geralmente trazendo sérias consequências para a saúde e o meio ambiente.

- A elevada uniformidade causada pelo cultivo de grandes áreas com poucas variedades melhoradas aumentou o risco para os agricultores. Culturas geneticamente uniformes mostraram ser mais suscetíveis a pragas e a doenças, assim como não demonstraram bom desempenho nos ambientes marginais em que vivem os agricultores mais pobres.
- A diversidade é importante para a segurança alimentar das comunidades rurais, mas a disseminação das variedades melhoradas foi acompanhada por uma simplificação dos agroecossistemas tradicionais e uma tendência para a monocultura que afetou a diversidade da dieta alimentar, aumentando consideravelmente as preocupações nutricionais.
- A substituição das sementes crioulas também representa uma perda de diversidade cultural, uma vez que muitas variedades fazem parte de cerimônias religiosas ou comunitárias. Diante disso, vários autores têm argumentado que a conservação e o manejo da agrobiodiversidade podem não ser viáveis sem a preservação da diversidade cultural.

Um dos principais problemas decorrentes da homogeneização dos sistemas agrícolas das monoculturas como soja, milho, arroz e algodão, são sua vulnerabilidade ecológicas a pragas e doenças, que podem ser devastadoras para grandes plantações, pois a concentração de monoculturas atrai herbívoros especializados como também grandes migrações, desequilibrando o ecossistema.

Para proteger essas culturas, são jogadas grandes quantidades de agrotóxicos acarretando problemas ambientais e humanos. Uma tendência preocupante é a expansão das monoculturas de milho e soja transgênicos no mundo. Em 2004 eram 70 mil hectares (ALTIERI, 2012), em 2018 eram 120.958 milhões de hectares segundo dados fornecidos pela Embrapa em 2018. Nas últimas décadas, as políticas governamentais voltadas para o comércio de commodities estimulam a aceitação desse modelo de produção. Para o cultivo no modelo moderno, a adesão de um pacote de sementes modificadas, fertilizantes e agroquímicos, marginalizou muitos agricultores que não podiam arcar com os custos dessas tecnologias. Assim as propriedades de terras diminuíram em números e aumentaram em tamanho, promovendo o crescimento da desigualdade no campo e o êxodo rural. As forças econômicas que influenciam essa tendência da monocultura e da concentração das terras são incentivadas pelo Estado e recompensadas pela economia mundial, pois atendem aos interesses do mercado internacional de commodities.

A manutenção da agricultura moderna exige aportes crescentes de agrotóxicos, pois os insetos vão se tornando cada vez mais resistentes ao veneno utilizado e a dosagem precisa ser ampliada, fazendo os rendimentos entrarem em declínio e proporcionando total desequilíbrio do meio ambiente.

A utilização da engenharia genética para reprojeter as culturas e torná-las mais fortes é um recurso amplamente utilizado criando um ciclo cada vez mais artificial. Especialistas agroecologistas apontam que a instabilidade desse modelo produtivo geneticamente modificado e altamente dependente de agrotóxicos intensifica a erosão do meio ambiente e destaca o caminho para a instabilidade das monoculturas.

A hegemonia do agronegócio nos planos econômicos, políticos e ideológicos podem ser atribuídos a reatualização do pacto econômico colonial que vigora para os países colonizados, como, por exemplo, o Brasil. A expansão das fronteiras agrícolas sobre os ecossistemas naturais, principalmente nos biomas da Amazônia e do Cerrado, territórios originalmente ocupados por populações indígenas e tradicionais que ocupam as terras sem agredir o meio ambiente são cada vez menores em relação a monoculturas.

As ações estatais deixam a agricultura familiar vulnerável à cadeia agroindústria. Esse processo se manifesta através da alta dependência de insumos e equipamentos industriais que são condicionados para a concessão de crédito público atrelado a grandes empresas que dominam esse setor. Essa fragilidade se reflete no endividamento das famílias, na redução da renda e no êxodo rural ver a redação. O Brasil apresenta todos os elementos que compõem a crise global do meio rural e tem um agravante considerável: o título de campeão mundial no consumo e na produção de agrotóxico como também a da produção e consumo das variedades transgênicas que foram oficialmente liberadas por agências estatais, o que expande sua disseminação pelo país (BOMBARDI, 2017).

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) produziu um Dossiê científico e técnico contra o projeto de Lei do Veneno (PL 6.299/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxico - PNARA⁸ denunciando a conjuntura do consumo e produção dos agrotóxicos no país.

Como se já não bastassem esses dados alarmantes, o consumo de agrotóxico por pessoa no país aumenta anualmente, como nos demonstra o artigo do engenheiro Alan Tygel (2017), que participa da coordenação nacional da Campanha Permanente Contra os agrotóxicos e Pela Vida, publicado no site do

⁸ O Dossiê pode ser visto na íntegra em <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/08/DOSSIE_NOVO_26_JULHO_Final.pdf>. Acessado em 29 de Novembro 2018.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Ele nos atualiza do alarmante número de litros consumidos por pessoa no Brasil. Em 2011 eram 5,2 litros. O cálculo foi simples: a indústria dos venenos, orgulhosa do sucesso de seu negócio, publicou que havia vendido 1 bilhão de litros de agrotóxicos. Assim, divididos pelos então 192 milhões de habitantes, nos davam os 5,2 litros por pessoa. Ainda que este volume todo não chegue diretamente à nossa mesa, vai nos encontrar algum dia pela terra, pela água ou pelo ar. O veneno não desaparece como querem fazer crer aqueles que enriquecem com ele. Com o escândalo, as empresas pararam de divulgar essa informação e nem os órgãos reguladores estavam sendo notificados dos números atualizados. Os três entes reguladores são o Ibama, a Anvisa e o MAPA que deveriam receber e divulgar estes dados. Apenas o primeiro o fez, com um atraso de 2 anos. Os principais agrotóxicos comercializados são: glifosato, 2,4-D, atrazina, acefato, diurom, carbendazim, mancozebe, metomil e clorpirifós. Eles representam 80% do total de agrotóxicos vendidos (TYGEL, 2017).

Fazendo uma busca pela internet acerca dos preços dos agrotóxicos, podemos atualizar os números do consumo das principais toxinas: a atrazina (disruptor endócrino) a R\$ 0,34 centavos de Real o litro, enquanto o mais caro, glifosato (cancerígeno), na promoção sai por R\$35,00 o litro. Com uma média dos preços ponderada pela participação no mercado chegamos ao valor de R\$24,68 por litro de agrotóxico. A partir da população estimada pelo IBGE em 2013 de 201 milhões pessoas, temos R\$36,6 bilhões em valores. R\$24,68 por litro de agrotóxico 201 milhões de pessoas, resultando então em 7,36 litros de agrotóxico por pessoa. Essas referências são do site da Abrasco, reportagem de 2015 da Vilma Reis.

A falta de mecanismos naturais para o controle de inimigos naturais (como são chamados os insetos pelos agrônomos) em monoculturas tornam o agronegócio altamente dependente de agrotóxicos. A maioria dos profissionais da área acreditavam que a dicotomia entre agroecossistemas e ecossistemas naturais não trariam doenças ecológicas como nos explica Altieri (2012, p.33)

doençasecótopo que incluem erosão do solo, perda de fertilidade esgotamento das reservas de nutrientes, salinização e alcalinização, poluição das águas.

(1) Doenças da biocenose (ou comunidade), que incluem perda de safras, plantas silvestres e recursos genéticos animais, eliminação dos inimigos naturais, ressurgência de pragas e resistência aos agrotóxicos, contaminação química e destruição dos mecanismos naturais de controle.

A perda de produção decorrente de pragas chega a ser de 20-30% na maioria das culturas, que aumentam o uso de agrotóxicos entre 4,4 e 5 milhões de toneladas por ano no mundo todo. Fica bem claro a crise ambiental que vivemos (ALTIERI, 2012).

Para além dos danos à natureza, também são registrados no Brasil pelo Sistema Único de Saúde (SUS): 34.282 casos de intoxicação por agrotóxicos notificados pelo Sistema de informação de agravos e notificações (SINAN) de 2007 a 2015. Essa informação é apenas a ponta do *iceberg*, levando em consideração que nem todos os trabalhadores afetados por esse tipo de intoxicação fazem relação causal com o ambiente de trabalho.

O sistema agroindustrial é uma morte anunciada para a sociedade e a mudança do modelo produtivo é mais do que um desejo daqueles que anseiam justiça social e preservação do meio ambiente, é uma necessidade de sobrevivência para a humanidade.

3.2 AGRICULTURA CAMPONESA, PRÁTICAS ANTIGAS PARA A SOLUÇÃO DE NOVOS PROBLEMAS

A particularidade dos sistemas agrícolas de pequena escala conhecidos como agricultura camponesa tem como características a biodiversidade, e se manifesta na forma de misturas de variedades de policulturas, combinações de lavouras com pecuária e sistemas agroflorestais. A compreensão de como as práticas tradicionais de cultivo dos camponeses preservam a biodiversidade demonstram que as práticas antigas de cultivo podem ser o meio para a desordem instaurada pela agricultura industrial.

Agrônomos e profissionais da área têm reconhecido e valorizado as práticas dos cultivos tradicionais, mas esse reconhecimento nem sempre existiu. Durante muito tempo as práticas de agricultura local foram ignoradas, sendo imposta a agricultura moderna para os camponeses (SHIVA, 1991, *apud* ALTIERI, 2012). Esse problema ocorre em parte por cientistas desprezarem as tradições da agricultura camponesa e indígena/quilombolas, associando-os a baixa produtividade e a pobreza. Eles são induzidos pela ideologia capitalista a desconsiderar o conhecimento obtido pela observação empírica do real e o que essa técnica

proporcionou ao acúmulo de conhecimentos de agricultura sendo transmitidos entre gerações, antes do processo da Revolução Verde. Muitos ainda enxergam a conservação da diversidade de sementes crioulas como sendo uma prática que se opõe ao desenvolvimento agrícola (BRUSH, 2000 *apud* ALTIERI, 2012). Os precursores da Revolução Verde difundiram a visão de que o progresso e o desenvolvimento exigiam inevitavelmente a substituição das variedades locais pelas melhoradas (ALTIERI, 2012).

Nesse cenário, é importante introduzir o debate sobre o conceito de soberania alimentar e sua relação com o campesinato. Este conceito parte da compreensão de que a diversidade de cultivos é importantíssima, porque a simplificação da oferta de alimentos coloca em risco a saúde nutricional da população. A substituição das sementes crioulas também coloca em risco os hábitos culturais de um povo, que perde a transmissão de conhecimento entre gerações, aquilo que é uma das maiores riquezas da sociedade, o processo de transmissão de saberes. Consequentemente ocorre a perda da identidade camponesa.

Destacamos a importância do uso do termo “camponês” para demarcar a população do campo, pois ele reafirma a centralidade da família camponesa no contexto da economia capitalista. É também uma forma de resistência contra a invisibilidade da luta camponesa ao longo da história. A Via Campesina no Brasil lançou uma coletânea de textos que refletem sobre esta importância. Destacamos Horácio Martins de Carvalho (2005, p7; *apud* Siliprandi 2015, p.292), que nos apresenta o que no modelo camponês

Um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento do campesinato é o respeito à diversidade e a biodiversidade que inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos, enfim, todas as formas de vida vegetal, animal, as relações humanas e econômicas, os hábitos e as culturas, sendo ela nossa própria forma de vida como campesinato. Estas especificidades estão presentes em nossa forma de ser e de viver e, por isso, as defendemos, respeitamos e protegemos, para garantir que no futuro haja vida. Quanto ao uso da terra, entendamos que ela é um bem da natureza e deve servir em benefício de toda a humanidade. Democratizar sua posse e seu uso é indispensável para garantir a vida e a reprodução humana por meio da produção de alimentos e da criação de animais, por todos aqueles que nela queiram trabalhar e produzir.

É necessária a pontuação da diferença entre Soberania Alimentar e Segurança Alimentar.

A Segurança Alimentar surgiu como proposta após a Primeira Guerra mundial com o intuito de discutir a produção e o estoque de alimentos necessários para cada

país. No contexto da Revolução Verde, da crise do petróleo e do colapso do segundo regime alimentar internacional, caracterizado pela diminuição da produção mundial de cereais e pela instabilidade de seus preços, vale destacar a posição da Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a primeira Conferência Mundial da Alimentação, assembleia aprovou, em 1974, que a Segurança Alimentar fosse considerada no âmbito internacional.

Já a Soberania Alimentar é entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção e conservação de alimento garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola, nas palavras da Via Campesina⁹. O termo soberania alimentar surgiu como contraponto ao termo Segurança Alimentar. Entretanto, vale ressaltar que o debate brasileiro agregou um sentido diferente à política de Segurança Alimentar e Nutricional, de forma que no debate interno da política social o conteúdos da Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar sejam próximos. De todo modo, para seguir com a coerência da defesa política desse texto, trabalhamos na perspectiva da Soberania Alimentar.

Na produção familiar camponesa as pequenas propriedades são a chave para a segurança alimentar, pois a produção e distribuição em pequenas cidades facilitam o trânsito de alimentos. Pequenas propriedades diversificam os cultivos e garantem a biodiversidade e resfriam o clima, pois não causam desmatamento. A Via Campesina há muito tempo vem argumentando que o modo de produção camponês é de suma importância para as comunidades para atender a demanda de alimentos. O movimento ainda acrescenta que para proteger a natureza, gerar empregos, produzir alimentos diversificados, a saúde das pessoas, a produção agrícola deve permanecer nas mãos dos camponeses e não pode ficar nas mãos de grandes empresários. Assim romperia o ciclo de pobreza, fome, desemprego e êxodo rural que acomete a população do campo. A produtividade das pequenas propriedades com a devida atenção pode produzir muito mais alimentos e maior diversidade.

⁹ A Via campesina surge na década de 1990 na Bélgica como um movimento político camponês. No âmbito internacional como uma articulação de distintos movimentos sociais do campo, indígenas e pescadores. Está presente em quatro continentes e tem estado a frente da luta pela terra e por soberania alimentar.

Embora o senso comum sugira que as propriedades familiares são atrasadas e improdutivas, as pesquisas têm mostrado que elas são muito mais produtivas do que as grandes e se considerarmos a produção total ao invés do rendimento de uma única cultura. Sistemas tradicionais diversificados chegam a prover até 20% da oferta mundial de alimentos. (ALTIERI, p. 2012)

Esta superioridade na produtividade está ligada a policultura, que reduz as perdas causadas por plantas espontâneas (como são chamadas as plantas que nascem sem serem cultivadas), insetos e, doenças, pois fazem o uso mais eficiente dos recursos naturais, luz, água e nutrientes mantendo o equilíbrio natural. Ao manejar menos recursos de forma mais intensiva, os pequenos agricultores são capazes de obter mais rendimento por unidade de produção e assim ter um lucro total maior, mesmo se a produção de cada mercadoria for menor (ROSSET, 1999, *apud* ALTIERI, 2012).

As cidades rodeadas por comunidades rurais populosas proporcionam uma dinâmica econômica maior do que as que são rodeadas por propriedades de monoculturas mecanizadas. Pequenos produtores criam 10% mais empregos permanentes, geram 20% do aumento do comércio varejista local e 37% da renda local per capita (ROSSET, 2009, *apud* ALTIERI, 2012). Os camponeses respeitam o meio ambiente e a biodiversidade tendo assim uma maior conservação dos recursos naturais.

Especialistas explicam a relação inversa entre tamanho da propriedade rural e seu potencial de produção obtida, que pode ser atribuída ao uso mais eficiente da terra por parte das pequenas propriedades familiares porque o plantio é diversificado. Essas propriedades exibem a combinação de uma produção estável e diversificada, insumos gerados internamente, taxas favoráveis de entrada/saída de energia e articulação com necessidades, tanto de autoconsumo quanto do mercado. Apresentam uma abordagem efetiva para alcançar a segurança alimentar, a geração de renda e a conservação ambiental (ALTIERI, 2002).

As características das propriedades autossustentáveis descritas por Altieri (2002, p.?) são

- Propriedades pequenas com produção contínua que atende tanto às demandas do consumo familiar como as do mercado.
- Uso efetivo dos recursos locais e baixa dependência de insumos externos.
- Mão de obra é qualificada e complementar obtida na família ou na comunidade
- Ênfase na ciclagem de biomassa e nutrientes.

Sistemas diversificados com a utilização de consórcios e variedades de uma mesma espécie.

As propriedades que apresentam essas características sustentáveis têm permitido aos camponeses satisfazer suas necessidades. Parte desse empenho está associado aos altos níveis de agrobiodiversidade presentes nos sistemas tradicionais, que por sua vez, influenciam positivamente o funcionamento do agrossistema. Nesse sentido, a diversidade é uma estratégia importante e de baixo risco.

É de extrema importância que os cientistas enfatizem o papel da agricultura agroecológica como uma fonte de material genético e técnicas agrícolas regenerativas e que sejam adotadas como estratégia de produção de alimentos com base no plano camponês. Os agrônomos devem também dar suporte aos movimentos sociais do campo fortalecendo a luta contra a produção industrial na agricultura (ALTIERI, 2012).

As práticas agroecológicas estão ganhando destaque nos últimos anos, pelo seu manejo sustentável de baixo impacto para o meio ambiente. Promovendo a soberania alimentar e o fortalecimento da classe camponesa como protagonistas desse modelo. Veremos a seguir com mais detalhes.

3.3. AGROECOLOGIA UMA ALTERNATIVA PARA O MODELO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

A agroecologia é definida por seus principais teóricos como uma ciência que analisa e atua sobre agroecossistemas, como são chamados os sistemas de cultivo diversificado e autossustentável. Nas palavras de Susanna Hechet

é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocados não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (HECHER, 2002, p.26 *apud* SILIPRANDI, 2015, p.81).

A agroecologia se diferencia das técnicas agrícolas modernas, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação de animais, mas os objetivos finais da produção. O termo agroecologia passou a ser conhecido na década de 1970 através dos pesquisadores Miguel Altieri e Stephen Gliessman das

Universidades de Berkeley e Santa Cruz, na Califórnia. Entretanto, Emma Siliprandi realça as considerações de Susanna Hechet que as práticas tradicionais dos primórdios da humanidade já eram agroecológicas pois respeitavam os ecossistemas e as variações ambientais, por meio das quais foram acumulando conhecimento e aperfeiçoando seus métodos de cultivos.

Sendo assim, a agroecologia apenas recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna e particularmente pelas ciências agrônômicas, que dominadas pelo preconceito de classe, etnia, cultura e sexo, haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as pessoas que os produziam (HECHET, 2002.p 22).

A Teoria da Agroecologia surgiu paralelamente às lutas dos movimentos sociais do campo em curso em diferentes países, destaque para os países da América Latina e Central, onde a Revolução Verde foi implantada primeiro. Os camponeses e os povos indígenas se organizam para exigir o acesso às terras por meio da reforma agrária e buscaram resistir aos avanços da agricultura industrial voltada para a exportação impactando as economias locais que antes eram movimentadas pela produção familiar e abasteciam os territórios em seu entorno. Os estudiosos da agronomia influenciados pela sociologia como nos aponta Guzmán, desenvolveram suas pesquisas com estreita colaboração dos atores sociais do campo.

Com a criação do curso de mestrado e doutorado na Universidade de Córdoba na Espanha em colaboração com o consórcio Latinoamericano de Agroecologia, que mantinham trabalhos de campo em comunidades camponesas em diversos países. Em Nicarágua, foi prestada assessoria na conjuntura de reforma agrária, com o movimento Zapatista no México. No Brasil foi em parceria com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), explica Guzmán (2005).

O interesse das ciências agrícolas, do movimento contracultura, dos estudos sobre desenvolvimento da produção agrícola, sistemas tradicionais de produção indígenas e camponeses trazidos pela antropologia e pela geografia convergiram na agroecologia. Sevilla Guzmán afirma que a agroecologia passou de uma proposta interdisciplinar para a transdisciplinar, tendo em comum interesses ecológicos e sociais. Nessa fusão entre estudos camponeses e as ciências naturais, a agroecologia incorporou elementos necessários para compreender a estruturação da

agricultura industrializada, tanto em seu processo histórico como no contexto atual do neoliberalismo e da globalização.

A novidade trazida pela agroecologia foi o protagonismo dos agricultores camponeses/indígenas como elemento central para a construção da mudança para a produção de alimentos. A perspectiva transdisciplinar busca integrar conhecimento científico com o popular.

A busca de soluções para as formas de degradação causadas por esses tipos de manejo industrial dos recursos naturais nos levou a desvelar a dualidade da Ciência (como epistemológica e como estrutura de poder); e a trabalhar com as pessoas, introduzindo o conhecimento local camponês/indígena. Assim chegamos a agroecologia como um pensamento pluriépistemológico que articula os conteúdos históricos das lutas de libertação e os saberes locais sobre o manejo dos recursos naturais, com os conteúdos da ciência (GUZMÁN 2005, p 1; *apud* SILIPRANDI, 2015)

O reconhecimento dos atores sociais na agricultura é central no pensamento agroecológico, devido aos três aspectos aqui destacados: construção de suas propostas técnicas respeitando o processo ecológico; desenvolvimento rural ser sustentável através do plano camponês; empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado economicamente, socialmente e politicamente durante a história das sociedades.

Os ecossistemas são definidos como uma unidade geográfica delimitada, ainda que de forma variável a depender da sua extensão, onde complexas relações entre as práticas agrícolas e o sistema natural se combinam sem agredir o meio ambiente. Essas relações não se dão somente com a natureza, mas também com os seres humanos que habitam nesses espaços, suas histórias e sua cultura. Os estudos agroecológicos buscam fazer uma análise da totalidade das relações entre o homem e a natureza, visando melhorar os potenciais no conjunto de elementos que poderão ser cultivados, ao mesmo tempo que buscam minimizar os impactos negativos dessas intervenções. No redesenho dos agroecossistemas trabalha-se também com critérios de sustentabilidade, entendendo que os processos de transição agroecológica não serão estanques no tempo, mas estarão sendo modificados permanentemente (SILIPRANDI, 2015).

A transição ecológica busca atingir níveis de sustentabilidade progressivamente. Uma definição de agricultura sustentável trazida por Gliessman(2000, p 53, *apud* SILIPRANDI, p. 90, 2015) diz que

A agricultura sustentável tem três níveis que vão desde melhoria da eficiência do uso das tecnologias tradicionais, passando pela substituição de práticas e insumos, até chegar ao redesenho dos agroecossistemas em uma perspectiva complexa, de equilíbrio com os processos ecológicos.

Em outras palavras a agricultura sustentável pode atender ao mesmo tempo a autossuficiência das unidades principalmente sobre suas sementes, estimulando a recuperação do conhecimento local sobre as particularidades de cada área e seus recursos naturais reduzindo o consumo de insumos externos mantendo a capacidade produtiva a longo prazo.

Em uma visão agroecológica pautada na agricultura familiar os agroecossistemas devem ter como características para garantir a soberania alimentar

- a) Integralidade: atividades econômicas e socioculturais integradas a potencialidade e oportunidades tendo como foco o bem-estar das comunidades.
- b) Harmonia e equilíbrio: crescimento econômico versus sustentabilidade ambiental.
- c) Autonomia de gestão e controle: gestão compartilhada, incluindo a gestão pública, com participação da comunidade.
- d) Minimização das externalidades negativas: criação de redes locais de intercâmbio e insumos, mercados alternativos, etc.
- e) Potencialização de circuitos curtos de comercialização, que possibilitam experiência e controle e paulatinamente podem ser alargados, minimizando a dependência da comercialização externa.
- f) Estímulo ao conhecimento local do manejo dos ecossistemas não apenas o resgate de tecnologias e conhecimentos ancestrais (muitos já perdidos), mas também a busca da criatividade para se encontrarem novas soluções com base na coevolução entre os sistemas naturais e sociais.
- g) Pluriatividades, seletividade e complementaridade de renda: promoção de uma modernidade alternativa, com o uso múltiplo de território, reutilização das energias e dos materiais, buscando-se a complementaridade das atividades. (GUZMÁN, 2001, p. 37 *apud* , SILIPRANDI, 2015,,p. 92)

A agroecologia pretende produzir um diálogo horizontal entre investigador/investigado valorizando os sujeitos sociais envolvidos no processo. Questões pontuais devem ser destacadas para a compreensão desta ciência

a visão de que os camponeses entendidos como todos os grupos tradicionalmente excluídos ou subordinados da “modernidade” no campo, tais como indígenas e povos tradicionais, devem ser sujeitos ativos dessa proposta, em diálogo com as disciplinas científicas conhecidas (agronomia, ecologia, sociologia e economia rurais, etc). A ideia de que é preciso observar a natureza e tirar lições de sua forma de funcionamento; em particular, dos seus sistemas de regeneração; a necessidade de investir-se em inovações tecnológicas que partam de outros pressupostos (como a maior eficiência energética, o menor uso de insumos) que não a busca do lucro e do aumento da produtividade, simplesmente (SILIPRANDI, 2015).

O objetivo final do modelo agroecológico é integrar conhecimentos, propor um manejo que tenha como base recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes (ALTIERI, 2012). Promover uma agricultura que seja ambientalmente adequada, economicamente viável, altamente produtiva e socialmente equitativa para todos que dela viverem.

Com isso o empoderamento dos agricultores se faz indispensavelmente para a construção de um novo modelo de produção de alimentos. A classe camponesa é formada por dois sexos. A eliminação de outras formas de opressão no território do campo também deve ser suprimida para que esses atores sociais sejam os principais personagens dessa história. Sendo assim, não seria diferente com as mulheres camponesas no combate ao patriarcado. Veremos como esse processo de conscientização se deu para as mulheres camponesas.

4. O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA AGROECOLÓGICA, RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES ENVOLVIDAS NA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

As mulheres camponesas quando se organizam e ocupam os espaços públicos e políticos vão se construindo como novos sujeitos políticos, reconfigurando suas relações com a família, a comunidade e nos movimentos sociais que participam, colocando em pauta a reflexão da divisão sexual do trabalho e a importância da valorização do trabalho das mulheres na produção de alimentos. Essa análise tem importantes contribuições para o debate da agroecologia no qual se pensa uma nova concepção da relação humana com a natureza recuperando o sentido de unidade e continuidade em uma proposta que vai além de uma boa gestão dos recursos. A relação do feminismo com a agroecologia é necessária para pensarmos a transformação dessa sociedade em busca de igualdade entre os seres humanos e a garantia do direito a acessar os recursos naturais.

4.1. AS MULHERES E OS ECOFEMINISMOS

As mulheres sempre protagonizam lutas sociais e ambientais, uma das primeiras interações entre feminismo e ecologia foi a discussão do aumento da

população mundial e os direitos reprodutivos das mulheres, onde elas questionavam a necessidade de modificar o sistema de produção e consumo enquanto se garantisse o direito de escolha das mulheres sobre seus corpos. O direito ao acesso aos métodos contraceptivos era uma reivindicação de todas as mulheres feministas do início do século XIX como forma de exercerem sua sexualidade sem ter a obrigação de terem filhos. (LESSA 2012).

O primeiro texto que tratou dessas questões foi o “*Le féminisme*” ou “*Lamort*”, da francesa Françoise D’Eaubonne em 1974. Ela equacionou a discussão do modelo econômico produtivista excludente, dominado pelos homens e a devastação da natureza. Também criou o termo ecofeminismo. Conforme aponta a Alicia Puelo em 2000 a publicação do livro “*Isfemateo male as natureistoculture*” da norte americana SherryOrtner em 1974 aproximou as feministas radicais da ecologia.

Vários movimentos de mulheres em defesa da natureza também foram realizados nos países subdesenvolvidos, como a resistência das mulheres aos avanços desenvolvimentistas. O Movimento Chipko na Índia na década de 70 ficou conhecido mundialmente pelo livro da VandanaShiva¹⁰ publicado em 1991 que relatou a resistência das mulheres do Himalaia que abraçavam as árvores (essa postura passiva era decorrente dos discípulos de Gandhi). As terras foram entregues a grandes empresas e sua instalação na região afetaria a economia camponesa que dependiam das árvores. As mulheres que participaram do movimento encontraram resistência de seus companheiros, pois eles acreditavam nas promessas de oferta de trabalho pelas madeireiras.

Um marco da aproximação do movimento das mulheres com as lutas ecológicas foi na Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, que teve como evento preparatório o Congresso Mundial de Mulheres pelo Meio Ambiente, realizado um ano antes do Eco-92.

A proposta era internacional e discutia pela primeira vez as ações das mulheres consolidando sua participação na Conferência que ocorreria no Rio de Janeiro. Logo em seguida, a IV Conferência Mundial da Mulher na cidade de Pequim em 1995 colocava como pauta principal a visibilidade da mulher como sujeito político

¹⁰ VandanaShiva é ecofeminista e ativista ambiental e anti-globalização. Uma das líderes da diretoria do Fórum Internacional sobre Globalização. Defende os saberes populares da agricultura em destaque as mulheres. Autora do livro Quem alimenta realmente o mundo, lançado em 2016.

que tem propostas concretas para contribuir, na interface entre feminismo e ecologia, marcando o protagonismo das mulheres nesse espaço político de debate (SILIPRANDI, 2015).

As ecofeministas reivindicavam um envolvimento afetivo, emocional com os temas abordados. Apelavam para a identificação das mulheres enquanto mães criadoras da vida, como a mãe terra o que lhes dava legitimidade nos grupos indígenas e nas populações tradicionais, com a bandeira de serem as que detinham um projeto que não destruía o planeta. Seus argumentos também abordavam a questão da classe, pois pontuavam muito bem quem sofria e quem se beneficiava com a devastação da natureza numa perspectiva de reconhecimento da diversidade racial e étnica. (SILIPRANDI, 2015).

O Eco-92 foi o espaço que proporcionou maior visibilidade para as mulheres, sendo diferente dos encontros anteriores em que elas eram apenas citadas. O protagonismo das mulheres marcou este congresso. Os documentos assinados neste encontro como a Declaração do Rio e a Agenda 21 marcam o papel político que elas exerceram com um grau de análise e propostas de muita competência que posteriormente culminou no Protocolo de Kyoto¹¹(SILIPRANDI, 2015).

O princípio 20 da Declaração do Eco-92 afirma que as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento e que sua participação plena, é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável. O capítulo 24 da Agenda 21 tem por objetivo traçar medidas mundiais para alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo para as mulheres. Siliprandi (2015, p.61) nos explica melhor

o objetivo geral do capítulo 24 poderia ser expresso como melhorar a participação das mulheres na tomada de decisões, tendo em vista a necessidade da sua participação na ordenação dos ecossistemas e na luta contra a degradação ambiental. Para isso seria necessário eliminar os obstáculos que impediam a sua participação, tais como o acesso à educação, capacitação, informação, serviços, recursos (terra, crédito, direitos de propriedade, insumos agrícolas); reconhecimento dos seus direitos reprodutivos e sexuais e eliminação da violência contra as mulheres. Além de explicitar uma série de medidas que os governos deveriam desenvolver para garantir o cumprimento dessas metas.

¹¹ O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênicas do aquecimento global assinado em 11 de dezembro de 1997.(SILIPRANDI, 2015).

AIV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim em 1995 com o tema Igualdade, Desenvolvimento e Paz, foi subdividida em onze temas: pobreza, educação, saúde, violência, conflitos armados, economia, poder, mecanismos de empoderamento, direitos humanos, comunicação e ambiente. (SILIPRANDI, 2015).

Com ênfase no direito reprodutivo e sexuais o protocolo destacou a atenção às questões das mulheres indígenas e rurais, sendo reflexo das articulações que vinham sendo realizadas anteriormente. O resultado oficial está disponível na plataforma de Ação de Pequim em seu capítulo IV seção K que envolve as mulheres em todas as decisões referentes às questões ambientais. Como toda conferência as recomendações dependem da correlação de forças que se estabelecem entre movimentos sociais e governos para a construção de políticas públicas. Mesmo com essa limitação, a Conferência de Pequim ainda é uma grande referência para os interesses das mulheres e do meio ambiente(SILIPRANDI, 2015).

Os movimentos feministas em suas diferentes redes de articulação também estiveram presentes nesses Fóruns Sociais Mundiais, levando as pautas das mulheres e reforçando a importância e o direito delas participarem das decisões políticas, trazendo novos reflexos sobre os efeitos da globalização nas vidas das mulheres.

Os Ecofeminismos desde a década de 1970 tem três correntes que dentro dos movimentos de mulheres que compartilham o reconhecimento da necessidade de uma análise de como se dá às relações da humanidade com o meio ambiente partindo de uma perspectiva não sexista. Resgatando algumas dessas contribuições que os primeiros ecofeminismos trouxeram para a compreensão das relações entre dominação do homem sobre as mulheres e a natureza.

A autora informa que os ecofeminismos denunciaram o androcentrismo da ciência e da história, resgatando, por um lado, a contribuição das mulheres para o desenvolvimento das sociedades e as formas como se deram a sua exclusão do conhecimento formal e dos espaços de legitimação da ordem social, constituídos pelos discursos científicos, religiosos, jurídicos, filosóficos, e por outros, mostrando que paralelamente a essa exclusão houve o desprezo a conhecimentos holísticos (considerados como não científicos), que viam a humanidade como parte do meio natural, em igualdade de condições como outros seres. Denunciaram que essa postura reducionista da ciência e da tecnologia tinha como consequência o seu uso

irresponsável, que colocava em risco não só a saúde humana, mas a própria sobrevivência da humanidade e do planeta.

Os movimentos também chamaram a atenção para a semelhança entre o não reconhecimento das atividades produtivas realizadas pelas mulheres e a exploração irresponsável dos recursos naturais, postura que considerava tanto a natureza quanto a mão de obra feminina fontes inesgotáveis de riqueza a disposição dos homens. Ambos os tipos de exploração foram sistematicamente ignorados nos cálculos de racionalidade admitidos pela economia ocidental hegemônica.

As ecofeministas clássicas problematizaram que as mulheres dos países subdesenvolvidos são as mais afetadas pelas políticas neoliberais que causam degradação ambiental, impactando diretamente as mulheres pobres já que são elas a base da pirâmide social as camponesas, indígenas e periferias. Ao fazerem essa análise mostraram que a perspectiva feminista buscando a mudança da relação da humanidade com o meio ambiente respeitam a diversidade das culturas, sem hierarquias, e permitem uma relação consciente do uso dos recursos naturais.

Entretanto o ecofeminismo classista teve grandes críticas por defenderem um caráter essencialista afirmando que as mulheres, por serem portadoras de características biológicas (gerar a vida), seriam essencialmente propensas ao cuidado. Siliprandi (2015, p 60) informa que

O essencialismo foi e é criticado em dois sentidos: primeiro porque uniformiza todos os possíveis comportamentos humanos, masculino e feminino, definindo-os previamente, de forma a-histórica, e em segundo lugar, porque, ao aceitar a existência e valorizar as características ditas femininas, reforça justamente o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para oprimidas as mulheres e sua segregação ao mundo privado. Seria como se as mulheres aceitassem livremente o lugar de subalternidade que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, em vez de denunciar o seu caráter injusto, a se orgulhar dele.

As espiritualistas compõem uma outra corrente ecofeminista, elas defendem o princípio feminino buscando uma religião entre humanidade e natureza através das “Deusas” encarnadas no corpo feminino. Uma construção de uma nova espiritualidade em que a diversidade e o conjunto dos componentes da natureza não foram devidamente valorizados. Vandana Shiva referência do ecofeminismo espiritualista nos explica em seu livro *Staying Alive* 1991: (apud SILIPRANDI, 2015).

Para os hindus, o mundo é produzido e renovado continuamente pelo jogo dialético de criação e destruição, coesão e designação, em um movimento

de tensão entre os opostos, no qual o princípio feminino (manifestação de Shakti e Pakriti) seria o garantidor da continuidade da vida, pela combinação entre o mundo natural e a vida humana. Esse princípio ou força criativa estaria presente em toda a diversidade da vida e se caracterizaria pela criatividade, pela atividade, pela produtividade, pela conexão entre todos os seres e pela continuidade entre a vida humana e a vida natural. A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na natureza a mulher, o homem e as formas criativas de ser e perceber. No que se refere a natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação a mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. No que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e atividade, em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou ameacem.

O ecofeminismo ilustrado de Alicia Puleo discute a negação do ecofeminismo essencialista, que reivindica o legado do Iluminismo com uma perspectiva de autonomia das mulheres. Sua proposta está definida em seis pontos fundamentais

1. Ser um pensamento crítico;
2. Reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres;
3. Aceita com prudência os benefícios da ciência e da técnica;
4. Fomenta a universalização dos valores da ética do cuidado entre os humanos e a natureza;
5. Assume o diálogo intercultural
6. Afirma a unidade da natureza a partir do conhecimento evolucionista e o sentimento de compaixão. Puleo (2008, p.4 *apud* SILIPRANDI2015, p.78)

Ela resgata os ganhos que o Iluminismo trouxe para a humanidade ao questionar os postulados impostos pelas crenças, culturas e costumes pré-modernos, não esquecendo os limites que o Iluminismo tem que já foram questionados pelas feministas na coletânea sobre Teoria Feminista da Célia Amorós e Ana de Miguel de 2005. Puleo, segundo Siliprandi (2015) argumentará que para que o mundo se reencante não é necessário que se jogue fora os ganhos da racionalidade, como fazem as correntes espiritualista do ecofeminismo. Para ela é possível devolver a dignidade do mundo natural sem cair no romantismo ou no mito da Deusa. O Ecofeminismo ilustrado tem bases na ideia de ecojustiça e de materialismo compassivo, que contribui para uma sociedade sustentável e justa sem o apoio de sentimentos místicos e religiosos.

Essa proposta tem um caráter reivindicatório à igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, reconhecendo a existência de um sujeito político “mulher” que é proposto pelo feminismo, buscando superar o sistema patriarcal. Outro ponto a ser destacado desta corrente é a solidariedade entre as mulheres do sul e do norte do mundo, sem que as mulheres do sul sejam reduzidas a vítimas da degradação ambiental e nem salvadoras do planeta (SILIPRANDI, 2015).

Outra questão delicada junto aos ecologistas, mas fundamental para o feminismo, é a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como parte do direito das mulheres. A desmistificação da maternidade é fundamental para a consolidação da autonomia das mulheres respeitando o direito a saúde, a vida e ao meio ambiente.

As correntes do ecofeminismo apesar de suas diferenças estão todas na mesma direção do questionamento da relação da humanidade com a natureza e criticam a forma irresponsável que o sistema vigente vem tratando o meio ambiente.

4.2. A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES CAMPONESAS E A ECONOMIA FEMINISTA

*Do céu só cai chuva
O resto é luta*

No Brasil na década de 1980 começou a ser produzido textos que discutiam a divisão sexual do trabalho no campo e a invisibilidade do trabalho da mulher, destaque para a autora Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga vinculada a uma organização não governamental de assessoria a movimentos populares. Ela chama a atenção para a exploração do trabalho das mulheres tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva destacando a necessidade do empoderamento das mulheres considerando-as produtoras e gestoras do meio ambiente

as mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e filogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural. (PACHECO 2002, *apud* SILIPRANDI, 2015 p.103).

Para reverter essa situação de invisibilidade e fazer o enfrentamento das relações de poder seria necessário dar apoio organizativo para as mulheres e buscar a viabilidade no acesso à terra, crédito, formação técnica entre outros. Mas Pacheco destaca que para alcançar esses objetivos, teria que ser discutido o caráter familiar da agricultura camponesa

as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a família é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, assim a sua reprodução social (PACHECO 2005 *apud* SILIPRANDI, 2015 p.103)

A discussão sobre os marcos da construção da família teria que ser incorporada por todo o corpo que constrói o projeto agroecológico, para desconstruir o mito que a família é um conjunto harmônico e que todos exercem papéis complementares, já que a instituição família é gerenciada pelo homem, nela se produz relações desiguais de poder entre os homens e as mulheres. Destaca Siliprandi, (2015, p.104)

Os demais membros da família esposa, filhos, agregados não são serem inertes dentro do aglomerado familiar, atuando apenas como mão de obra suplementar, a que se lançava mão em caso de necessidade, mas pessoas que ocupavam determinados papéis produtivos e sociais dentro da família, detentores de saberes diferenciados dados por essa experiência e sobretudo, sujeitos dotados de desejos e necessidades capazes de influenciar também nas decisões sobre o futuro do empreendimento familiar.

Siliprandi (2015) detalha as pesquisas que Pacheco desenvolve, nestas, a autora destaca que a atenção para as famílias camponesas onde as mulheres participam ativamente das decisões no planejamento da produção, na gestão, na escolha dos produtos que garantiram a renda das mulheres e a de suas famílias, surge no processo a autonomia e o empoderamento das mulheres.

Nos anos 2000 começam a aparecer alguns trabalhos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado vinculado às experiências agroecológicas, destacando a participação das mulheres na produção no processo de transição do modelo produtivo, as mudanças que elas traziam para suas propriedades e suas redes de convivência nestas se percebia que:

- a agroecologia valorizava as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar (horta, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo;
- a transição para a agroecologia era vivida, muitas vezes, pelos agricultores e agricultoras, como uma mudança radical no modo de relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres humanos; além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres (“o cuidado”), essa postura abria espaço para o questionamento de relações de autoritárias;
- a forma como se dava a transição para a agroecologia pressupunha a participação de todos os membros da família, porque exigia a integração do conjunto das atividades da propriedade, muitas vezes sob responsabilidade de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem;

- no período mais recente, passaram a existir pressões por parte de entidades externas as famílias (Estado, ONGs financiadoras do projeto, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas tais como cursos e seminários;
- a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realizava a comercialização (como as feiras), permitia o contato com público exteriores a propriedade, assim com a aquisição de novos conhecimentos social do trabalho desenvolvido por elas, gerando maior autoestima;
- o fato de as mulheres poderem obter, por si mesma, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tendia a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto a sua autonomia. (SILIPRANDI, 2015 p. 106)

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder na produção familiar. A chefia da família e da unidade de produção está nas mãos do homem. Mesmo que a mulher participe efetivamente no conjunto de atividades que envolvem a produção, como, por exemplo, o preparo do solo, o plantio, acolheita, a criação de animais, o cuidado com as hortas e os pomar, com destaque na transformação de materiais naturais em artesanato, as mulheres só têm reconhecimento nas atividades que são extensão do seu papel de esposa e mãe com o cuidado e a responsabilidade com os filhos e nas tarefas da reprodução, assim as tarefas vinculadas à produção executadas pelas mulheres têm caráter secundário.

Uma alternativa encontrada pelas feministas para dar o devido valor ao trabalho das mulheres foi a criação da Economia Feminista.

Criada pelas feministas e teóricas da economia Ester Boserup, Marianne Ferber, Julie A. Nelson, Marilyn Waring, Nancy Folbre, Diane Elson y Ailsa McKay que criticam a economia clássica e apontam uma estrutura sexista e andocêntrica com ênfase na divisão sexual do trabalho. Seus questionamentos são publicados no *IfWomenCounted* de Waringto do texto *El libro “Si las mujeres contarán”* marcando o início do modelo econômico de organização solidária voltado para as mulheres. O termo Economia Feminista vem sendo utilizado para criticar a invisibilidade do trabalho das mulheres e da sua contribuição para a economia. A economia feminista foi incorporada por organizações do movimento de mulheres na América Latina como uma ferramenta para fortalecer o debate da invisibilidade do trabalho das mulheres, tanto na produção como na manutenção da reprodução da vida (SILIPRANDI, 2015).

Uma das economistas que se destaca na pesquisa sobre o tema é a Cristina Carrasco, economista chilena que leciona na Universidade de Barcelona. Ela o aborda em seu artigo *“La economía feminista: una apuesta por otra economía”* (2006), recuperando a contribuição de diversas feministas desde o século XIX. Ela aponta em seu artigo que a situação da pobreza é sofrida majoritariamente por mulheres no mundo, problematizando a igualdade de direitos entre os sexos, o direito ao trabalho, ao emprego e à igualdade salarial, e o reconhecimento do trabalho doméstico(SILIPRANDI, 2015).

A economia feminista então buscou dar visibilidade ao trabalho que as mulheres exercem, tanto na produção quanto na reprodução. Diferentes perspectivas existem nessa economia, desde aquelas que propõem apenas incluir as mulheres no paradigma dominante àquelas que questionam tal paradigma e buscam mudanças profundas que impliquem uma reconceituação, numa ruptura com a visão centrada no mercado, e adotem uma proposta que tenha em conta a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar, incorporando tanto o âmbito produtivo como o da reprodução. Reconhecer o trabalho doméstico como parte da economia é dar o seu devido valor. No entanto é importante ressaltar que o reconhecimento do trabalho doméstico não significa inclui-lo a lógica mercantil. A proposta é de ruptura com a lógica dominante de valorizar apenas o que é produtivo, ou seja, o que tem valor monetário.(SILIPRANDI, 2015).

Para além do trabalho exercido por mulheres na reprodução da vida é importante destacar que as relações dos cuidados e de afeto que fazem parte das necessidades humanas são satisfeitas e exercidas pelas mulheres no âmbito doméstico. Revelando que essa não é uma questão privada, tem uma importância na dimensão política e social por ser um elemento essencial na garantia da qualidade de vida das pessoas.

A economia feminista tem dedicado seus estudos a desvelar a tripla jornada de trabalho que as mulheres exercem no campo produtivo, doméstico e do cuidado, com o intuito de fomentar o debate acerca do trabalho das mulheres e contribuir para o processo de empoderamento desses sujeitos políticos e na elaboração de políticas públicas voltadas para esse grupo social, como o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais de 2004 a 2011, viabilizando o acesso das mulheres as políticas de comercialização e de organização produtiva, por meio da difusão da economia feminista e solidária, com o objetivo de fortalecer as organizações produtivas de

trabalhadoras do campo fortalecendo o conjunto das mulheres camponesas dando-lhes autonomia econômica.

4.3. ALGUMAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS COM RECORTE FEMINISTA NO BRASIL

As mulheres que se envolveram no processo de transição da agricultura tradicional para a agroecologia sofreram grandes mudanças em suas relações com a natureza, com a família, com os movimentos sociais e com a sociedade. Principalmente com elas mesmas. Essas mudanças poderemos ver nos relatos que Emma Siliprandi faz em seu livro *Mulheres e Agroecologia* (2015). Ela entrevistou algumas mulheres envolvidas na Articulação Nacional de Agroecologia. Pinçamos alguns relatos de agricultoras do assentamento de Mulunguzinho, no Rio Grande do Norte e do Dandara dos Palmares, na Bahia:

a passagem para a agroecologia foi no meio do processo: nos intercâmbios com o Lumiar, com os técnicos, em algumas capacitações com assessorias. A gente começou a perceber que em alguma coisa, o capitalismo estava se apropriando do pacote orgânico, e que ia ser outro pacote. Tudo a gente precisava comprar: ia explorar quem estava consumindo, porque ia ter que vender mais caro, e a gente ia ter que comprar tudo pronto. Ia ser a mesma coisa de sempre, mas em vez de chegar lá na loja e dizer “me dá o adubo químico, um veneno” ia dizer “me dê um produto orgânico”. Não ia ter nada natural. Não ia ter nada disso de discutir relações humanas, de homens e mulheres. A gente trabalhava também a questão do meio ambiente de ter diversidade, a gente queria outra coisa. Aí é que veio a transformação, do que antes era só uma horta orgânica. (Neneide)

A gente queria ir além de uma substituição de adubo, queria tudo o que é a agroecologia. Queria ter um preço mais acessível para quem estava comprando, sair dessa história de comercialização só para algumas pessoas da classe média. A gente queria levar nossos produtos para o público, para a feira livre, para as pessoas comuns terem condições de comer também. (Francisca Lourdes)

(SILIPRANDI, 2015 p. 251)

Elas fazem parte do Grupo Mulheres Decididas a Vencer. Focadas em enfrentar a hegemonia e trabalhar de forma agroecológica, tiveram grandes desafios para aprender a lidar com uma tecnologia nova, gerenciando sozinhas a produção, sem o apoio dos homens. Entretanto tiveram o financiamento do *Gard* Brasil e a assessoria da AACC e do CF-8. O projeto começou ocupando meio hectare, trabalhando de forma diversificada, além da horta produzindo mel, cultivando plantas medicinais, frutas e criação de animais.

Percebemos que o nível de consciência coletiva dessas mulheres quando demonstram o desejo que toda a sociedade acesse o alimento saudável e que não fazia sentido produzir de forma orgânica, pois se encontra na mesma lógica capitalista de segregação dos grupos sociais e de beneficiamento de empresas.

Na primeira área que a gente pegou, quando os lotes foram divididos eu resolvi cortar o capim e amontoar; em vez de botar fogo, fui botando em cima. Mas eu ia para a roça e pensava comigo: “Será que vai dar certo”? Quando o povo perguntava, eu respondia com confiança: “Dá certo sim”. Mas eu ficava me perguntando: “Será”. E ia fazendo. Quando o feijão-de-corda começou a sair e a gente começou a colocar o pauzinho, eu disse: “Rapaz o negócio do certo mesmo!”. E aí plantamos aipim; e só de um pé de aipim a gente tirou sete quilos! Pronto, aí apareceu a formiga. O povo queria colocar remédio (agrotóxico), mas eu não deixava. A gente cavava mais, ia atrás do coração do formigueiro. Era mais uma coisa minha, mas o marido também me acompanhava, e os filhos, todo mundo. A decisão firme mesmo de trabalhar nesse sistema eu fui tomando no decorrer da vida toda, e essa terra estava morta, não dava mais nada nem mandioca. A terra ficou de um jeito que nem o mato nascia mais. Porque era tanto fogo, tanto adubo, tanto veneno para formiga. A terra, quando recebe assim tanta coisa, ela não aguenta, ela morre, porque a gente mata todos os micro-organismos dela. Ai eu aprendi pelo trabalho com o Sasop e com o sindicato, que quando uma terra começa a ter um sapé, ela está pedindo socorro, a gente começa a fazer uma cobertura morta, umas plantas leguminosas; ela se transforma, ela reage, ela tem uma vida. E eu fui observando, não adianta só trabalhar se não observar; a gente vai sentindo o que está dando certo e o que não. Quando eu comecei a ver, eu comecei a ter a segurança de dizer: a gente tem que ir por aí mesmo, isso que vai dar certo. (Del apud SILIPRANDI 2015, p. 254- 255)

Quando elas conseguiram a área para o roçado coletivo, Del propôs que não retirassem as plantas indiscriminadamente, as mulheres concordaram, mesmo inseguras com a nova técnica e com a descrença dos homens, elas não desistiram.

A gente trabalha desde o quintal até toda a propriedade, tudo. Se a gente fizer só uma parte, a gente não está sendo agroecológico. O quintal faz parte, mas a roça também; é um sistema. Até os animais fazem parte, os grandes e os pequenos, tudo, os remédios, a ração. Em tudo a gente tem que se livrar da química e do mercado. Aproveitar tudo o que a gente tem na propriedade, para não ter que comprar. Algumas pessoas só usam o orgânico no quintal; mas isso é porque o homem não quer usar a agroecologia, porque o parceiro não quer, ele acha que a roça é dele. Então ela faz só no quintal, porque no resto ela não manda, não é dela. (Del, *apud* SILIPRANDI p. 257, 258, 2015)

A autora destaca que nos dois assentamentos que estudou as mulheres participantes dos projetos têm um acordo de que a área coletiva seja um espaço só delas. No que tange a participação dos companheiros, foi tratado previamente que seria para fazer alguns trabalhos mais pesados e com acordo de pagamento de uma diária, ou seja, eles são contratados e devem respeitar as mulheres donas do

espaço. Esse acordo afirma que o espaço é onde só as mulheres participam o que as deixam mais à vontade, longe da opressão machista.

Tem gente que diz assim: “Por que vocês não botam os maridos de vocês ali” (no roçado coletivo). A gente não bota porque a gente sabe que vai gerar muito conflito, porque nós temos uma visão diferente. Eles não tiveram essa capacidade de trabalhar com agroecologia, o negócio deles é queimar, é desmatar, é tirar toda a sujeira, para nós não é assim. Na agroecologia não tem isso. Na agroecologia a gente sabe que tem que ter mesmo cobertura no solo, se decompndo, e eles não tem essa visão. Outra coisa, eles vão querer ficar impondo, vão querer ficar dizendo: “Não, você vai fazer isso, você vai fazer aquilo, isso não é assim, você está errada”, e para evitar essas coisas, a gente tendo com que pagar, a gente paga. E não tendo, a gente diz: Olha, a gente não está com dinheiro para pagar, e está precisando fazer isso. Algum marido vem ajudar, mas tem uns que não vem, que não querem nem saber. (Francisca Lourdes)

As vezes o povo pergunta: cadê o marido de vocês, vocês morrem de trabalhar nessa roça e cadê eles que não vem para contribuir? A gente responde: Olha isso aqui foi uma conquista nossa. Eles têm outra atividade. Isso aqui fomos nós que decidimos e queremos que seja assim. A gente tem muita preocupação de não perder uma coisa nossa, que a gente conseguiu com tanta dedicação. Com tanto esforço. A gente não quer que eles venham e tomem conta. (NEDEIDA *apud* SILIPRANDI, 2015, p.259).

Nesses relatos fica explícito que essas mulheres se apoderaram no processo de aprendizagem, entendendo que elas também têm direitos, também sabem administrar, não querem que os companheiros se metam nos negócios delas. Nos contam também que nas reuniões elas se identificam com as dificuldades que as outras mulheres passam e assim se fortalecem enquanto coletivo de mulheres. As mais jovens se inspiram e também participam do grupo para poderem aprender, algumas nem desejavam permanecer no campo, mas observando a prática da agroecologia enxergaram uma oportunidade de experimentar a prática de cultivo sem se sentirem oprimidas.

A gente está acostumada a ver na família que os homens que é que trabalham na roça, e a gente fica em casa, ou então só vai quando eles chamam. Para quebrar isso é complicado, a gente viu isso desde criança. Eu me preocupava muito: “Eu, cuidar de uma roça sozinha?”. Pelo fato de não ser casada. Não ter um parceiro. Eu achava que eu não iria conseguir. Depois de trabalhar no grupo de mulheres eu disse: Mulher é capaz de tudo, eu sou mulher, eu vou conseguir”. (Jovem A, participante do Grupo de mulheres do assentamento Dandara, *apud* SILIPRANDI p.260,2015)

Nesta fala da jovem percebe-se em um processo de libertação das próximas gerações da opressão machista no campo. E uma compreensão de que a mulher tem potencial para fazer o que quiser. Isso é tão poderoso na construção da identidade e da autoestima de uma mulher. Com esse fortalecimento elas se sentem capazes de ocupar espaços públicos e políticos.

A discussão sobre transgênicos, por exemplo, foram as mulheres que trouxeram, em 2000, na Marcha. Saúde também, incluindo a questão do agrotóxico dos alimentos saudáveis e também a agroecologia. De 2000 para cá, as mulheres têm trazido esses debates para dentro da Contag com muita força. Esses temas praticamente só aparecem na pauta das mulheres. Estão na generalidade, no discurso, mas só aparecem na pauta das mulheres. Então na generalidade, no discurso, mas só as mulheres é que tem discutido isso. A pauta da Marcha deste ano (2007) está cheia dessa discussão. Do ponto de vista concreto, são as mulheres que estão fazendo lá na ponta. Vamos fazer um levantamento de experiências agroecológicas constituídas por mulheres para forçar o debate dentro da entidade. Queremos que as mulheres estejam nas discussões onde se definem as estratégias do movimento sindical, para poder dar mais relevo as questões da agroecologia. São coisas que a gente tem que promover aqui dentro. (Carmen, apud SILIPRANDI, 2015, p 289)

Percebemos que em sua maioria são as mulheres que fomentam o debate para a prática agroecológica, além de serem as responsáveis pela implantação da proposta. Esse posicionamento está intrinsicamente ligado a ética do cuidado que as mulheres têm, de pensarem para além de seu território e de se preocuparem com os impactos do modelo de agricultura vigente na saúde de todos

A gente quer a campanha de produção de alimentos, porque significa vida saudável, porque significa vida para todos, não só para as pessoas, mas para a natureza também. Já na mentalidade masculina, ainda vem em primeiro o lucro. Eles até pensam em fazer ecológico, mas só se der mais dinheiro. A gente vê isso bem claro aqui na região. No fundo, a mentalidade deles é só vender e ganhar mais. O resto não importa. (Izanete apud SILIPRANDI p. 303; 2015)

A agroecologia por ser um processo que valoriza a produção de alimentos para além de uma cultural, incide diretamente na produção doméstica que as mulheres praticam no seu cotidiano. Cada uma dessas mulheres entrevistadas tem uma vivência particular das dificuldades que o trabalho no campo tem, principalmente para as mulheres, na divisão sexual do trabalho. No processo de transição do manejo da terra, são elas que têm o protagonismo, são as práticas promovidas por elas que são valorizadas

Eu sou uma multiplicadora. Hoje trabalho com pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, mas elas sabem fazer as coisas, elas têm sua “faculdade da vida”; só que seu ego está muito machucado, às vezes elas nem acreditam mais nelas mesmas. Elas já nem sabem que sabem. Porque já tentaram fazer de uma forma ou de outra, e encontraram muros que as derrubaram. Eu sonho em deixar para alguém aquele conhecimento que adquiri, e que não é um conhecimento meu, é um conhecimento de um coletivo. Porque o que eu sou hoje é o que eu aprendi com a experiência do coletivo, é o que eu aprendi na Nicarágua, com as pessoas que estavam no ENA, nos outros encontros. De cada encontro, eu tirei um pedacinho e formei um bolo. O meu sonho é falar um pouco do que está sendo a vida

das mulheres, porque elas trabalham tanto e não são valorizadas, porque elas não recebem pelo que trabalham. Eu queria falar de discriminação de mulher, da discriminação na agricultura. Eu queria falar um pouco do que eu faço, do que a minha família faz, como é que a gente produz o nosso alimento, de como se processa. (Zinalva, SILIPRANDI p. 319; 2015)

A aproximação com os questionamentos da divisão sexual do trabalho, a formação do modelo familiar, a invisibilidade do trabalho da mulher, a desvalorização dos afazeres domésticos, tudo está imbricado no debate agroecológico. Por isso que a relação do feminismo com a agroecologia fica tão evidente nas falas

O feminismo é fundamental para nos dar embasamento para tudo o que estamos fazendo agora. Digo que a Marcha das margaridas é uma ação feminista. Tenho absoluta certeza. Ela questiona o modelo, ela questiona atitude, processos profundos. É verdade que nem todas as mulheres que estão na Marcha tem essa mesma compreensão, umas mais, outras menos. Para nós ser feminista significa ter clareza de que existem desigualdades e que a gente precisa questionar, propor a transformação. Estamos vivendo em um mundo patriarcal e isso precisa ser mudado. Se não, eu poderia estar na secretaria de mulheres, e não estar refletindo sobre as questões estruturantes que fundam a desigualdade, que fundam a opressão das mulheres. Então temos que ter claro que para estar aqui tem que ser para desconstruir toda essa naturalização. A gente não vai repetir que é normal ser ofendida, ser discriminada, as mulheres ficarem caladas, não se mobilizarem.

Eu queria ver as mulheres no poder, que elas tivessem uma condição real de transformação. Obviamente nem todas iriam para o poder: mas se elas estivessem mais próximas, como iam mudar as coisas! E tem outra coisa que mexe muito comigo: é a violência contra as mulheres. Uma das chagas mais terríveis que existe. Não é só a violência física, é aquela violência que a gente vive inclusive nos meios dos companheiros, aquele olhar que diz que você é menor, que te põe para baixo. Se você não tiver força interior você fica com a cabeça e os olhos para baixo. Então eu queria ver as mulheres no poder, porque eu acho que é uma “meia condição” para mudar muita coisa. E eu queria que não tivesse nenhum tipo de violência, pois historicamente as maiores vítimas. Eu olho para elas e consigo ver quando elas têm uma coisa presa, que não conseguem falar, não conseguem dizer com toda a plenitude, porque elas têm medo de abrir a boca em uma reunião onde só há “sabichões”. Essa coisa é muito forte. Muitas não conseguem resistir se recolhem para a vida, morrem para a possibilidade de luta, de ser gente, de ajudar os filhos, de ajudar a sociedade. Essa é a maior angústia que eu tenho. Autonomia financeira é muito importante, mas isso é muito mais. (Carmen apud SILIPRANDI, 2015, p 323 e 328)

Assim percebemos que as mulheres envolvidas na agroecologia desvelam o valor do seu trabalho e por consequência da reflexão percebem-se sujeitos políticos possuidoras de direitos, aproximando-as ao debate feminista que transformam suas perspectivas de vida, construindo novos horizontes e projetos de vida e luta. Esse protagonismo na cena pública merece atenção.

No plano nacional do movimento agroecológico em maio de 2014 no seu III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em Juazeiro na Bahia, as mulheres chegaram a representar 50% dos participantes, portadoras de diferentes identidades

culturais (agricultoras familiares, seringueiras, indígenas, extrativistas, quilombolas, pescadoras, ribeirinhas, quebradeiras de coco, seringueiras, camponesas) de várias regiões do país para construir este espaço político que teve como lema “*cuidar da terra, alimentar a saúde e cultivar o futuro*”. Propuseram avançar no debate com a consigna “*sem feminismo não há agroecologia*” garantindo a inclusão do debate na *Carta política do III ENA* que reconhece que,

fortalecidas nos processos de auto-organização e atuando em diversos movimentos e redes, as mulheres reunidas no III ENA reafirmam o lema “*sem feminismo não há agroecologia*” por compreenderem que a construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados e da gestão da produção, uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade. Isso implica a garantia do direito das mulheres à plena participação na vida social e política em suas comunidades, bem como a garantia de seu acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade.

Essas mulheres comemoram a conquista de 30% de recursos para as atividades realizadas com mulheres no âmbito do projeto público de Assistência Técnica e Extensão Rural com abordagem agroecológica. Um debate intenso travado dentro do ANA com forte resistência de alguns homens assessores do movimento. A superação veio com o apoio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), garantindo a inclusão dessas cláusulas nos Termos de Referência.

Momento histórico que marca a força das mulheres camponesas A formação da consciência militante feminista que se associa não apenas à formação de uma consciência individual, mas demanda uma consciência coletiva voltada para a superação das desigualdades, explorações e apropriações sofridas pelas mulheres (Cisne 2014). Essa consciência entende que a liberdade de uma mulher exige a liberdade de todas o que implica na mudança do sistema patriarcal-racista-capitalista.

Do ponto de vista da agroecologia e seus propósitos emancipatório para os camponeses encontra-se o desafio do enfrentamento às questões da subordinação das mulheres agricultoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material bibliográfico obtido neste trabalho permitiu uma aproximação das vivências experimentadas por mulheres camponesas que constituíram uma consciência revolucionária através de suas experiências com a aproximação do modelo de cultivo agroecológico e as teorias feministas. Os relatos mostram que os caminhos trilhados por elas não foram tranquilos, pois a lógica patriarcal deslegitima a participação social das mulheres em espaços que não sejam o da família ou Igreja. Para romper com a lógica patriarcal elas forjaram muitas estratégias que implicaram para muitas um custo alto nas suas relações sociais. De forma sintética alguns elementos que identificam a formação da consciência militante feminista: a desnaturalização do sexo; a consciência de poder fazer o que quiser de suas vidas; a importância de caminhar junto a outras mulheres fortalecendo-as enquanto coletivo; a formação política empoderando-as para o enfrentamento dos embates cotidianos contra o patriarcado.

Todavia é importante ressaltar que para alcançar a consciência militante precisa primeiro possibilitar o encontro das mulheres consigo. A valorização no feminismo da dimensão subjetiva individual das experiências de cada uma das mulheres é necessária para constituir o sujeito político coletivo. Essa consciência é dificultada pelas relações alienadas e fetichizadas, extremamente fortes pela ideologia dominante que produzem a naturalização das relações sociais desiguais entre os sexos e etnias.

Com a divisão sexual do trabalho associada a superexploração do trabalho doméstico considerado feminino não remunerado ou mal remunerado, que garante a reprodução da força de trabalho de baixos custos para o estado capitalista, sustenta esse sistema de desigualdade entre homens e mulheres na economia burguesa.

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura está vinculada a forma como se organiza a produção familiar já que, a família e a unidade de produção estão sobre o poder do homem, na maioria das famílias, mesmo que a mulher participe ativamente das atividades que envolvam a produção, seu trabalho não é reconhecido pelo homem e ainda é visto como ajuda. Nas experiências agroecológicas destaca-se o protagonismo das mulheres no processo de transição do modelo produtivo industrial para o agroecológico. Pois a valorização das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de

produção familiar como horta, pomares, pequenos animais ganham destaque, pois o modelo de produção agroecológico entende a agricultura em sua totalidade na produção de alimentos, logo as práticas desenvolvidas pelas mulheres são incorporadas e valorizadas.

A necessidade de se reverter essa exploração que marca a vida das mulheres e das profissões por elas exercidas, demanda o fortalecimento do movimento feminista. O Serviço Social por ser uma categoria predominantemente formada por mulheres e historicamente considerada uma profissão subalterna, deve unir-se a esse movimento social, tendo em vista que seus enfrentamentos estão de acordo com o projeto ético político da profissão.

Devemos salientar que apesar dos avanços teóricos e políticos alcançados pela profissão, ainda persistem lacunas relacionadas à relação entre feminismo e Serviço Social. Essa marca também prevalece no público alvo de atendimento das políticas públicas, que estão ligadas a feminização da pobreza e da responsabilização das mulheres pela reprodução social.

Nesse sentido é importante analisarmos a totalidade da questão “gênero” que incide tanto na categoria profissional como no seu público alvo e fomentar o debate sobre feminismo na profissão, visando a emancipação humana e qualificação das assistentes sociais articulada a luta feminista classista. O reconhecimento que o público alvo das políticas públicas são as mulheres pobres, periféricas e em sua maioria negras, possibilita o enfrentamento da questão social sem a reprodução de valores conservadores que culpabilizam as mulheres pelas suas condições de vida. Trabalhar sobre a perspectiva de gênero possibilita uma análise de totalidade da questão social. O enfrentamento da questão da desigualdade entre os sexos possibilita que a categoria lute para a superação da subordinação da profissão.

É importante ressaltar o compromisso ético político da profissão com a classe trabalhadora, que deve ser expresso na defesa de todas as formas de opressão, exploração e discriminação, como sugere o nosso código de ética vigente. Uma demanda desafiadora para as Escolas de Serviço Social nas Universidades em seu atual processo de despolitização e de descompromisso social ao passo que cresce a mercantilização do ensino superior e um produtivismo desconectado da qualidade no ensino, pesquisa e extensão.

No objeto analisado neste trabalho a relação com o feminismo e a agroecologia está diretamente ligada a categoria do Serviço Social tendo em vista

que nossos princípios éticos estão diretamente relacionados com os objetivos dos dois movimentos sociais:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Tendo como horizonte nas ações profissionais uma nova ordem social que possibilite a expressão livre e emancipada das condições humanas e a realização do exercício do trabalho criativo não alienado. Comprometidos em criar estratégias para a formação de sujeitos políticos revolucionários que busquem a mudança desse modelo econômico capitalista.

Sendo assim a luta pela igualdade de gênero, que é a luta contra toda forma de opressão da mulher sem a perspectiva de classe pode incorrer na ilusão da superação de desigualdades no campo da superestrutura, a liberdade das mulheres deve pressupor, antes de tudo, a liberdade humana. A dimensão de totalidade social nas lutas feministas vinculadas a teoria marxista da qual utilizamos nas fontes

bibliográficas para construção deste trabalho, pontua o compromisso ético político da categoria dos assistentes sociais.

Sobre a condição de vida das mulheres camponesas no Brasil questionamos a divisão social do trabalho e a atribuição exclusiva das mulheres ao trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. Não são menos importante às violências sofridas pelas mulheres no campo, tão silenciadas, demonstram o grande desafio que a sociedade civil, o feminismo e o movimento agroecológico precisa enfrentá-las para a transição do modo de produção capitalista que vivenciamos.

Pensando na lógica que todo trabalho é produtivo e tem valor e é fundamental para a reprodução da vida e do cuidado, na defesa de um modelo de vida que nada nos sujeite,

*“que nada nos defina, que a liberdade
seja a nossa própria substância”
(Beauvoir 1949).*

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Disponível em: www.abrasco.com.br . Acesso em 28/4/2018.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável, 3 ed. Ver. Ampl. –São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.
- BOMBARDI, Larissa Mies, 1972 - Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia / Larissa Mies Bombardi. - São Paulo: FFLCH - USP,2017.
- CISNE, MIRLA. Gênero, Divisão sexual do trabalho e serviço social. 2 ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.
- LESSA, Serio. Abaixo a família monogâmica 1 ed. – São Paulo: Instituto Lukacs 2012.
- Diversidade produtiva das mulheres do MPA. /Joselitavares, Josineide Costa, Marli Fagundes, org, -- 1. Ed. –São Paulo: Expressãp Popular, 2016.
- SAFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- EMBRAPA. Disponível em: www.embrapa.com.br. Acesso em 28/4/2018.
- SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.